



ELQ



PORTE
PAGO

ANO XI
N.º 131
MENSAL
ABRIL
1985

PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

QUATRO ANOS APÓS A EXTINÇÃO DA CMRA

MINISTÉRIO DA DEFESA PROMETE CRIAR ESTRUTURA PARA A REABILITAÇÃO

PÁG. 12

ELEIÇÕES NA ADFA EM 15 DE JUNHO

ENTREGA DE LISTAS ATÉ 20 DE MAIO

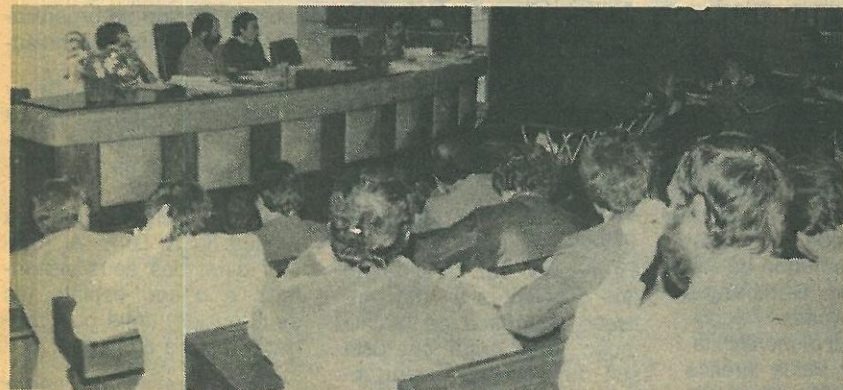
PÁG. 12

PENSÕES FORAM ACTUALIZADAS

PÁG. 3



**25 DE ABRIL
— 11.º ANIVERSÁRIO**



DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

(Pág. 4)

RELATÓRIOS E CONTAS

(Pág. 5)

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 28 dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 15 de Junho de 1985 (sábado), das 9 horas às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biénio de 1985/87.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, em Lisboa (Palácio da Independência), nas instalações das delegações e ainda nos Núcleos existentes.

ADFA, 15 de Abril de 1985

A Mesa da Assembleia Geral Nacional

O Presidente

António J. Lavouras Lopes

ADFA: 11 ANOS DE EXISTÊNCIA

(Pág. 9)

O DEFICIENTE NA SOCIEDADE — UM DEPOIMENTO DRAMÁTICO

ESTE MUNDO É UMA SELVA

A ADF A através da Delegação do Porto, fez entrega a seis deficientes civis de bolsas de Estudo que resultaram dos esforços conjugados do Fundo Mundial de Reabilitação, Action pour les Handicapés e Governo Civil do Porto.

Os bolséis são deficientes que frequentam cursos universitários e cada um deles fez a entrega de um trabalho subordinado ao tema «A INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE NA SOCIEDADE».

O texto que a seguir se transcreve é um trabalho de PALMIRA MARTINS DE SÁ, deficiente motora que frequenta actualmente o Curso de Românicas na Universidade do Porto (título da responsabilidade da Redacção).

São 3 h da tarde e a rua está pejada de gente.

As pessoas passam e olham a exposição, numa procura constante do artigo. Quê-se na voz do empregado, a pergunta rotineira:

— «Quer alguma coisinha freguês? Entre que temos muito mais! Faço-lhe uma atençãozinha!»

Mais acima, encontra-se uma outra espécie de mercadoria: «As prostitutas». Como num expositor de roupas, encontram-se todas alinhadas, num roçar de pernas e peitos à procura, de um consumidor assaltado por macabros desejos.

Os machos passam, olham e analisam a que poderá coresponder ao seu instinto animal.

O jogo é lançado e com ele toda uma máquina de interesses se movimentam. O preço da corrida é ditado: metade para a dona da pensão e a outra metade para os «chulos». Estes (por sua vez), *espreitam como abutres* na ânsia do dinheiro fácil. Ostentam grandes anéis de ouro, boas roupas e no rosto o sorriso cínico de um macho em potência.

A amante é a máquina de fazer dinheiro, é a fada mágica dos seus passatempos sexuais. O amor é corrompido, não existe. Os preconceitos e o pudor, são banidos e a mulher é lançada na rua da amargura.

Os filhos são sinal de fêmea geradora. São postos ao mundo sem o mínimo de condições humanas. Deitam-se de madrugada na cama dos pais, e acordam com eles ao começo da tarde.

Desde tenra idade frequentam o mesmo ambiente e seguem mudos, todos os bacanais que se lhes depararam. Desde cedo, têm que se valer dos seus próprios meios, como se na selva fossem lançados. Só poderá vencer, quem dela se souber defender. Desde o roubo à mendicidade tudo aprendem, nas ruas que são afinal a sua escola da vida.

Para estas crianças, os jardins de infância são os bares, os seus copos de leite são o lento ingerir do bagaço. A escola é na rua, o observar constante do «sobe-e-desce» da mãe.

Esta é uma das causas da maior parte de crianças deficientes que habitam no meu bairro: a Sé.

A «Lala»

Como exemplo, vou debruçar-me sobre uma menina de 6 anos, que se chama Lala. Como ela há muitas, neste bairro como por este País fora.

Lala é uma das muitas

filhas de mulheres que exercem a prostituição.

Não é só o factor psíquico que as degrada, mas sobretudo a alimentação dada a horas incertas e desprovida de vitaminas.

Depois disto, não é difícil imaginar como é a Lala (pois nem conhece o próprio pai). É uma criança deficiente mental e com muitas dificuldades de vir a ter um futuro risonho.

Como ela, há muitas outras «Lalas» sem protecção e sujeitas a ficar cada dia pior.

Que futuro as esperas? Certamente o da própria prostituição, pois infelizmente não há meios capazes de as proteger e reeducar.

A nível da infância, dei este exemplo, como poderia dar muito mais. Pois, quase todas as crianças deste bairro, sofrem de problemas psíquicos, muitas vezes hereditárias. Têm também carências afectivas e uma alimentação muito pobre.

Não têm zonas verdes, mas têm como recreios as lixeiras que pululam neste País.

Nas ruas estreitas vivem permanentemente em perigo atavés do chiar dos travões. São também as habitações a cair aos bocados, é o cheiro fétido das retretes em constante degradação, é o dormir, o cozinhar é viver num cubículo, a que chamam «a nossa casa».

São também as ninhadas de ratos que à falta de alimento, procuram os bebés indefesos. Mas, não são só estes que nos incomodam e nos roem, mas uma outra espécie nos tem vindo a minar lentamente. Temos de alimentar uns e outros, mas de forma diferente. Chego a preferir alimentar os ratos na medida em que são seres como nós, neste mundo onde a sobrevivência se torna cada vez mais difícil.

O sabor do perigo

Mas, quando a criança é educada no meio deste perigo, começa como que a sentir um certo gozo ao enfrentá-lo. E, foram muitas as crianças, que através deste desafio ficaram deficientes físicas, que ficaram marcadas para toda a vida, por não terem condições dignas e por falta de consciência dos nossos governantes.

Ao deparar com esta situação, que posso sentir, se não a frustração própria dos falhados!

Também eu passei por esta mesma infância, também eu continuo a ver e a viver nesta sociedade.

Mas, o facto de ter nascido aqui, fez com que a minha aprendizagem fosse maior.

Este bairro apesar de pobre, degradado e sem condições mínimas, dá-nos protecção, ensina-nos a viver com os outros e a encontrarmo-nos.

Chego por vezes a pensar, que somos como que um «gueto» dentro de uma democracia.

Através de um levantamento que efectuei no bairro onde moro, verifiquei, que em 2000 pessoas, existem 500 deficientes. A maior parte destas deficiências são mentais.

Perante isto, poderia dizer que, a culpa residia nos pais, etc., etc.! Mas, surge-me uma questão: «Mas quem sou eu, para recriminar uma mãe, que vê no álcool um refúgio para as suas frustrações?»

Não sou capaz de lhe apontar um dedo e acusá-la pela deficiência dos seus filhos. Mas, o pior de tudo é constatarmos que o preço do leite é mais caro que o de um litro de vinho!

No bairro da Sé, não existem casas, mas sim um quarto por família, que chega a albergar seis pessoas, num espaço exíguo. Um casal, para poder ter certa privacidade ou vai a uma pensão, ou espera que os seus filhos adormeçam, para assim satisfazer os seus impulsos naturais de seres humanos.

O acto sexual é feito num «corre-corre», entre o ressonar de um filho e o suspirar do outro.

Promiscuidade

Após esta reflexão, não me admira que haja relações entre pais e filhos. Para muitos isto é capaz de indignar, mas para mim é um facto corrente.

São muitos os casos em que os pais se «aproveitam» de filhos deficientes, pondo em risco o factor (factor) hereditário. A partir da qual mais e mais crianças nascem deficientes.

Estas, por sua vez, são aproveitadas, pelas famílias em peditórios já generalizados no nosso País.

Trabalho negado

A nossa deficiência, não pode nem deve tornar-se uma incapacidade laboral, mas a verdade é que o trabalho nos é negado dia-a-dia.

Senão vejamos! — Sempre que procuramos um emprego, já por si difícil dada a nossa deficiência, mais difícil se torna quando dizemos onde moramos.

Desde cedo, tive sérios problemas. Nos colégios não me aceitavam, e em escolas oficiais tive que me «armar» com uma personalidade falsa, para que pudesse ser aceite no grupo.

Por vezes, escondi e menti em relação à localidade onde nasci e que tanto amo.

Hoje, continuo a sofrer e a esconder-me debaixo de uma «capa» que me protege dos outros.

Nunca tive um emprego, pois sempre mo negaram, apesar de ainda não ter perdido as esperanças.

Sempre que respondo a um anúncio, seja ele estatal ou não, sinto como que uma chama de esperança a invadir-me o peito. Depois, vem a desilusão, o engano quando me olham e dizem:

- «Não serve!»
- «O lugar já está ocupado!»
- «Concorra como deficiente!»
- «Procure a Assistência Social!»
- «A sua idade já é avançada!»

Revolta

Tudo isto, faz criar em mim um misto de revolta e ódio. Tenho 28 anos e sempre concorri ao abrigo dos «ditos» artigos, mas, nunca me deixaram fazer um único teste.

Gostava de trabalhar, de me realizar como mulher. Mas, não me deixam...

Chego a concluir, que os artigos que nos pseudo-defende, só foram feitos para embelezar as diversas estantes que circulam por este País.

ADFA — DAS ORIGENS AO II CONGRESSO

Pelo sócio JOSÉ NORONHA

Sabemos todos que, já antes de 25 de Abril de 1974, um grupo de Deficientes das Forças Armadas, consciente da sua condição de marginalizados e segregados da sociedade e da falta de perspectivas para a sua integração, afirmava a necessidade da criação de uma organização que congregasse todos quantos, durante a prestação do serviço militar, adquiriram deficiência de carácter permanente.

A essa organização caberia fomentar a participação e congregar os esforços individuais num todo colectivo de tal modo que a denúncia da marginalização e da falta de perspectivas futuras, obtivesse das o impacto social necessária para impor alterações profundas a essa situação de graves injustiças.

Essa tomada de consciência foi o embrião da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, significou o início da disponibilidade para lutar pelos direitos que nos assistiam (e assistem), os quais não poderão ser esquecidos pela sociedade (e seus órgãos de Poder) que se queiram assumir em defesa da justiça social.

O 25 de Abril e a sua mensagem de liberdade possibilitou o aparecimento da organização desejada.

O 25 de Abril e a sua mensagem de justiça abriu portas à esperança de concretização dos nossos direitos.

A 14 de Maio, menos de vinte dias depois, apareceu a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a A. D. F. A., organização que rapidamente congregou e desenvolveu a força dos D. F. A.

As suas primeiras reuniões foram um desfile de tantas e dramáticas denúncias do caso de cada um —

Ao chegar a este momento, começo a pensar nos outros e surgem-me várias dúvidas:

— Como pode viver um deficiente sem família e sem trabalho? Como poderá ele pagar as próteses e os medicamentos?

Ao chegar a esta conclusão, vejo que a única hipótese é estender a mão à caridade.

Há momentos em que sinto um estranho arrepio, ao ouvir nas ruas:

— Dê uma esmolinha ao aleijadinho!»

Quando os olho e ouço, sinto revolta e vejo-me ali sentada a pedir.

E é com pavor que me analiso e pergunto, o que será de mim, quando me faltar a protecção dos meus pais? A quem poderei recorrer? E penso, que talvez consiga ter mais sorte do que aquele da «sarjeta».

Neste momento, deixem-me ironizar com o seguinte: «Pedir ou não pedir, eis a questão!»

Os congregados estão cheios de pedintes, que balancam ao sabor das esmolas. Mas em contrapartida, o

Governo está cheio de burocracias que nos pseudo-defendem, na mira de uma esmola mais lucrativa.

Os empregos são dados àqueles que por amizade ou alcançam. Nós, permanecemos na insignificância a que de início fomos dotados.

Nesta altura, questiono o seguinte:

— «Mas afinal quem são os deficientes?» — Aqueles que no dia-a-dia cominham ao sabor de um compasso ritmado, pelo matraquear das bengalas, ou, aqueles que nos impingem as suas normas e nos subornam constantemente?

Hoje, não só temos um mundo poluído de detritos nefastos a qualquer ser, mas também de incapazes contra os quais ainda não foi inventado qualquer antídoto eficaz.

Mas, apesar de tudo, não nos podemos deixar usar. Tentemos dar as mãos e contruir algo de novo. Façamos prevalecer os nossos direitos, como seres humanos.

Talvez seja uma utopia, mas resta-me o sonho e este ninguém no pode tirar.

Os dirigentes da A. D. F. A. começaram a orientá-la por caminhos para os quais não estava vocacionada. Criou-se a Secção Comercial; aceitou-se a Editorial Minerva e assumiu-se o espírito da reivindicação sem diálogo.

Assim, pouco a pouco, mas com egurança, se delineava o espírito original da A. D. F. A. e posições de denúncia e reivindicação começaram a ser assumidas.

Não à Miséria... Pelo Direito à Vida e ao Trabalho. Não à Marginalização... Somos as Maiores Vítimas de uma Guerra Injusta.

O dia-a-dia da nossa Associação, sendo cada vez menos «o caso de cada um» era cada vez mais constituído pelos objectivos globais.

Falava-se em habilitação dos deficientes a uma profissão adequada de reabilitação para outra se, pela sua deficiência se viam, incapacitados de exercer a anterior. Falava-se em integrar — ou reintegrar — os deficientes na família e na sociedade; discutiam-se e apontavam-se caminhos a seguir.

A A. D. F. A. crescia em número de sócios e em militância. Vivía em sintonia com o seu espírito. Foi um período em que a A. D. F. A. viu satisfeitas muitas das suas reivindicações nomeadamente: a C. M. R. A., o S. N. R. e juntamente o Decreto-Lei 43/76.

Seguiu-se depois um período em que a vida associativa se alterou profundamente e que ficou marcado pela tentativa de instrumentalização política-partidária da A. D. F. A. Como consequência a participação dos sócios foi diminuindo; a vida associativa foi morrendo.

Fô-lo através do apoio dos sócios a um documento que reclamava «regresso às origens». Foi um período extraordinariamente rico com as mais participadas assembleias gerais de todo o sempre e que culminou com a reposição do verdadeiro espírito da A. D. F. A., por imposição dos sócios, nas eleições que se seguiram.

A realização do II Congresso Nacional foi a consagração. As teses apresentadas nesse congresso mostram a evidência a força criativa e participativa dos D. F. A. As suas conclusões são um marco histórico sem paralelo a nível de associações de deficientes. Os temas em debate... Reabilitação e Integração. Foi o reencontro da A. D. F. A. com as suas origens.

REGULAMENTO ELEITORAL

CAPÍTULO I Generalidades

Artigo 1.º — O Presente Regulamento Eleitoral destina-se a dar cumprimento ao preceituado no Art.º 28 dos Estatutos aprovados na Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 29 de Janeiro de 1983.

Artigo 2.º — 1. A Mesa da Assembleia Geral Nacional fixará com 30 (trinta) dias de antecedência mínima a data das eleições, que decorrerão da seguinte forma:

a) todos os Órgãos Sociais da ADFA (Centrais e Locais) serão eleitos através da mesma Assembleia Geral Nacional Eleitoral, excepto quando se trate de eleições intercalares para Órgãos Sociais Centrais ou Locais;

b) para os Órgãos Sociais Centrais, a Assembleia Geral Nacional Eleitoral funcionará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas podendo estas funcionar com mesas de voto simultâneas nos Núcleos existentes;

c) para os Órgãos Sociais Locais, a Assembleia Geral Eleitoral de Delegação poderá funcionar com mesas de voto simultâneas nos Núcleos existentes.

2. A Mesa da Assembleia Geral Nacional fixará ainda a hora de abertura e encerramento do acto eleitoral.

3. A publicidade da data e horário das eleições será feita através de editais afixados em lugar próprio na sede da ADFA, Delegações e Núcleos existentes e notícia no jornal Elo, devendo ainda ser enviada notícia aos Órgãos da Comunicação Social.

Artigo 3.º — Todos os órgãos serão eleitos por escrutínio secreto.

Artigo 4.º — Só podem eleger, ser eleitos, candidatar-se ou subscrever listas de candidatos os sócios, no pleno gozo dos seus direitos à data em que ocorrer o respectivo acto de eleição ou de candidatura.

Artigo 5.º — 1. Cabe à Mesa da Assembleia Geral Nacional (MAGN) as funções de Mesa da Assembleia Geral Nacional eleitoral.

2. Cabe à Mesa da Assembleia Geral de Delegação as funções de Mesa da Assem-

bleia Geral de Delegação Eleitoral.

3. A Mesa da Assembleia Geral Nacional nomeará, de entre os sócios que constituem os Núcleos, uma Mesa Eleitoral composta por 3 elementos.

Artigo 6.º — Serão competências das Mesas das Assembleias Gerais Eleitorais:

a) receber as listas de candidatos e verificar a sua regularidade;

b) coordenar os trabalhos da Comissão Eleitoral;

c) presidir ao acto eleitoral;

d) proceder à afixação das listas de candidatos em lugar próprio, devendo ainda proceder à sua divulgação através do jornal Elo;

e) ajuizar das impugnações ao acto eleitoral;

f) certificar e divulgar os respectivos resultados eleitorais.

Artigo 7.º — Para o acto Eleitoral serão formadas Comissões Eleitorais constituídas por:

a) para os Órgãos Sociais Centrais, a Mesa da Assembleia Geral Nacional Eleitoral e um representante de cada uma das listas de candidatos consideradas;

b) para os Órgãos Sociais Locais, a Mesa da Assembleia Geral de Delegação Eleitoral, e um representante de cada uma das listas de candidatos consideradas;

c) a Mesa da Assembleia Geral Nacional poderá delegar os poderes que lhe cabem na Comissão Eleitoral, nomeando representante ou representantes, até ao número de três, os quais serão devidamente credenciados pela mesma.

Artigo 8.º — As Comissões Eleitorais referidas no artigo anterior iniciarão as suas funções 5 (cinco) dias após a data limite da apresentação das listas de candidatos.

Artigo 9.º — São competências das Comissões Eleitorais:

a) dirigir todo o processo administrativo das Eleições;

b) assegurar iguais oportunidades e direitos a todas as listas concorrentes;

c) dar toda a publicidade ao Acto Eleitoral;

d) fiscalizar o Acto Eleitoral por forma a que ele se processe de acordo com os Estatutos da ADFA e o presente Regulamento Eleitoral;

e) proceder ao apuramento dos resultados.

CAPÍTULO II

Artigo 10.º — 1. A apresentação de candidaturas consiste na entrega de listas conjuntas, que conterão obrigatoriamente todos os candidatos aos 4 Órgãos Sociais, quer se trate dos Órgãos Sociais Centrais (DC, MAGN, CFC, CN) ou Locais (MAGD, DD, CFD, CN) e far-se-á:

a) para os Órgãos Sociais Centrais, à Mesa da Assembleia Geral Nacional;

b) para os Órgãos Sociais Locais, à Mesa da Assembleia Geral de Delegação.

2. As listas de candidatos referidos na alínea b) serão, após a sua recepção, enviadas à MAGN.

Artigo 11.º — 1. O número de candidatos a eleger para o Conselho Nacional, nos termos do número 2 do Art.º 35 dos Estatutos, será apurado em função da distribuição dos sócios pela sede e delegações, sendo fixada pela Direcção Central à data da marcação do acto eleitoral, com os ajustamentos devidos, sempre que se verifique nas mesmas alterações ao número de sócios existentes.

2. As listas de candidatos para o Conselho Nacional conterão os elementos efectivos a eleger e uma relação de três outros elementos suplentes.

3. No caso de impedimento, incapacidade, demissão ou morte de qualquer elemento efectivo do Conselho Nacional, este será substituído pelo elemento da relação de suplentes que estiver colocado em 1.º lugar.

Artigo 12.º — A apresentação de listas estabelecidas nos artigos anteriores deve ser feita até 25 (vinte e cinco) dias antes do acto eleitoral, acompanhadas pelos respectivos programas de acção, devendo os programas das listas para os Órgãos Sociais Centrais ser obrigatoriamente divulgados.

Artigo 13.º — Findo o prazo de entrega das listas, deverão as Mesas das Assembleias Gerais Eleitorais proceder à afixação das mesmas em lugar próprio na sede, delegações e núcleos existentes, acompanhadas dos respectivos programas de acção.

Artigo 14.º — 1. As listas de candidatos poderão ser apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes ou por quaisquer grupos de sócios, acompanhadas por um termo individual ou colectivo de aceitação de candidatura.

2. O termo de aceitação de candidatura constará de uma declaração assinada pelo candidato ou candidatos e respectivo número de sócio.

3. A apresentação de listas de candidatos deverá ser acompanhada pela identificação dos candidatos, da qual constará o número de sócio, nome completo, idade e residência.

Artigo 15.º — As listas de candidatos apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes serão denominadas por Lista A e as listas apresentadas por outros grupos de sócios serão denominadas pela ordem seguinte do alfabeto e segundo a ordem de entrada.

Artigo 16.º — As listas de candidatos apresentadas por grupos de sócios, serão subscritas por:

a) 30 (trinta) sócios, para os Órgãos Sociais Centrais;

b) 20 (vinte) sócios, para os Órgãos Sociais Locais.

CAPÍTULO III

Acto eleitoral

Artigo 17.º — As Comissões Eleitorais organizarão secções de voto, por forma a que a votação decorra segundo o presente Regulamento Eleitoral e os termos estatutários.

Artigo 18.º — Existirá uma urna de voto em cada mesa eleitoral.

Artigo 19.º — Um dos elementos da Comissão Eleitoral inscreverá, em folha própria, o nome e número de sócio votante, antes da introdução do voto na urna e depois da sua identificação como associado no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 20.º — Todos os associados que por qualquer motivo de força maior não possam estar presentes ao Acto Eleitoral poderão nomear representantes através de documento com assinatura reconhecida pelo Notário e respectivo número de sócio.

Artigo 21.º — 1. Os boletins de voto deverão ser de formato

igual e de cor diferente, tanto para os Órgãos Sociais Centrais como para os Órgãos Sociais Locais.

2. Serão considerados nulos os votos que contenham nomes cortados, substituídos ou qualquer anotação.

Artigo 22.º — 1. Após o encerramento do Acto Eleitoral, o presidente da Mesa da Assembleia Geral Eleitoral procederá à abertura das urnas, contagem de votos e apuramento de resultados.

2. Após o apuramento de resultados, o presidente da mesa da assembleia geral eleitoral comunicará os mesmos à mesa da assembleia geral nacional.

3. Todos os boletins de voto e demais documentos relativamente ao acto eleitoral serão canalizados, em envelope fechado e lacrado, ao presidente da mesa da assembleia geral nacional eleitoral, acompanhados do relatório do acto eleitoral, elaborado pela respectiva comissão eleitoral, até oito dias após o acto eleitoral.

Artigo 23.º — 1. O acto eleitoral pode ser impugnado se a reclamação se basear em irregularidades fundamentadas e apresentadas até 5 (cinco) dias após o encerramento do acto eleitoral.

2. A impugnação deverá ser apresentada à mesa da assembleia geral nacional eleitoral,

que apreciará da validade dos fundamentos da mesma.

3. Havendo fundamento, o presidente da mesa da assembleia geral nacional eleitoral convocará expressamente para apreciação da impugnação, nos 15 (quinze) dias seguintes, a assembleia geral, que decidirá, em última instância, sobre a necessidade de repetição do acto eleitoral na assembleia geral eleitoral onde a irregularidade tiver sido cometida.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 24.º — Todas as dúvidas suscitadas no presente Regulamento Eleitoral serão da competência da mesa da assembleia geral nacional eleitoral.

CAPÍTULO V

Artigo 25.º — No acto eleitoral subsequente à aprovação deste regulamento eleitoral, as funções da M.A.G.D.E. serão garantidas pelas respectivas direcções de delegação ou pela M.A.G.Z. nas delegações que eram sede de zona.

APROVADO NA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA DE 9 DE ABRIL DE 1983

FUNCIONÁRIOS DA CGD VISITARAM A SEDE

Um grupo de funcionários da Caixa Geral de Depósitos, pertencentes aos serviços que se encontram mais directamente em contacto com os nossos associados, visitou a sede da ADFA no dia 20 de Março, a convite da Direcção, com a finalidade de lhes dar a conhecer a realidade da Associação e lhes proporcionar um melhor conhecimento dos problemas com que o deficiente se debate.

O grupo, constituído pelos chefes do SPR-7, do SPR-9 e do SPR-10 acompanhados por mais um funcionário de cada um desses serviços da CGD, visitou demoradamente a sede e foi recebido pela Direcção que lhes expôs as várias áreas de actuação da ADFA a nível nacional e internacional.

Durante a visita, os nossos convidados mostraram-se especialmente entusiasmados e surpreendidos com a forma como funcionam os serviços de Informática e com o facto de o Ficheiro e os Serviços Administrativos e de Contabilidade da ADFA recorrerem ao processamento computadorizado de dados, tendo afirmado que faziam da ADFA uma ideia bem diferentes daquela que esta visita lhes proporcionou.

Seguiu-se um almoço no

restaurante da Ordem dos Advogados.

Próximas iniciativas

Depois do encontro realizado em Janeiro com o dr. Oliveira e elementos da sua equipa de Fisioterapia do Hospital Militar Principal, realizou-se agora esta visita, animada pela mesma finalidade: dar a conhecer a ADFA àqueles que no seu trabalho diário contactam com os nossos associados mas não fazem por vezes ideia do que é a associação, das suas actividades e dos problemas dos deficientes, ou, pior que isso, fazem por vezes uma ideia errada.

Outros passos neste caminho se preparam, voltados sobretudo para a parte militar: serviços de disciplina, unidades, serviços e estabelecimentos militares que mais trabalham conosco.

DEBATE SOBRE SEXOLOGIA

Realizou-se no passado dia 12 de Abril, na sede da ADFA, com elevado número de grandes deficientes, o anunciado debate sobre sexologia e deficiência, com a presença do nosso associado e psicólogo, Valente dos Santos, o qual teve grande participação dos presentes, concluindo-se que o tema merece muitos mais debates. Dada a limitação de espaço, no próximo número voltaremos a referir-nos ao assunto

ENVIO DO «ELO»

A título excepcional, independentemente do estado de pagamento das quotas, este número do «ELO» é enviado a todos os sócios. Esta excepção assenta no facto de o aviso da realização das eleições para o biénio de 1985/87, ser feito neste número e todos os sócios devem ter conhecimento deste importante acto associativo, a fim de nele participarem.

ACTUALIZADAS PENSÕES DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS E PENSÕES DE PREÇO DE SANGUE

As pensões dos Deficientes das Forças Armadas, tanto em serviço como em campanha, e as pensões de preço de sangue acabam de ser actualizadas através da legislação que fixa os novos vencimentos dos militares do activo e da Função Pública, e ainda da legislação que estipula o novo salário mínimo nacional.

Os vencimentos dos militares do activo foram actualizados em cerca de 21%, o que significa que, nos termos do Decreto-Lei n.º 43/76, as pensões dos Deficientes das Forças Armadas em campanha beneficiaram

de igual aumento, com efeito a partir de 1 de Janeiro último.

O novo salário mínimo nacional foi fixado, através do Decreto-Lei n.º 49/85, de 27 de Fevereiro, em 19200\$00. Este novo valor, também nos termos do Decreto-Lei n.º 43/76, vai reflectir-se nos subsídios de invalidez dos Deficientes das Forças Armadas em campanha, e igualmente a partir de 1 de Janeiro.

Os deficientes em serviço e os beneficiários da pensão de preço de sangue tiveram as suas pensões actualizadas em 20%, também com

efeito desde 1 de Janeiro, através do Decreto-Lei n.º 40-A/85, de 11 de Fevereiro, o mesmo que fixa os novos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública. Os vencimentos do activo, tal como os dos militares, foram de cerca de 21%, o que significa que estas pensões se degradaram em mais 1%. O mesmo não sucedeu, como se sabe, com as pensões dos deficientes em campanha, já que a sua actualização é feita automaticamente e na mesma percentagem com a actualização dos vencimen-

tos dos militares no activo.

As diuturnidades foram fixadas em 2000\$00, para os militares e 1500\$00 para os trabalhadores do Estado, o que se reflecte também nas respectivas pensões.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 64/85, de 15 de Março, a pensão base dos Deficientes das Forças Armadas em campanha que eram praças no activo fica agora fixada em 26000\$00, correspondendo ao vencimento de primeiro-marinheiro.

Os vencimentos dos restantes postos são os seguintes:

General e vice-almirante	77 600\$00
Brigadeiro e contra-almirante	71 800\$00
Coronel e capitão-de-mar-e-guerra	67 400\$00
Tenente-coronel e capitão-de-fragata	63 100\$00
Major e capitão-tenente	59 100\$00
Capitão e primeiro-tenente	52 900\$00
Tenente e segundo-tenente	44 400\$00
Alferes, subtenente e guarda-marinha	40 200\$00

Sargento-mor	47 500\$00
Sargento-chefe	44 600\$00
Sargento-ajudante	38 500\$00
Primeiro-sargento	34 800\$00
Segundo-sargento	31 000\$00
Furriel e subsargento	28 600\$00

OSTOMIZADOS TÊM NOVA SEDE

A Associação Portuguesa de Ostomizados possui agora novas instalações em Lisboa, numa zona para onde têm sido transferidas várias organizações de deficientes, devido, em grande parte, à dificuldade com que se deparam na obtenção de instalações mais centrais.

A nova morada é a seguinte:

Zona J de Chelas, Lote 552, 2.º-B 1900 LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

APROVADO RELATÓRIO E CONTAS DE 1984

● QUOTAS ACTUALIZADAS PARA 90\$00 A PARTIR DO PRÓXIMO ANO

A assembleia geral ordinária realizou-se no passado dia 30 de Março, nas instalações da Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, em Lisboa, tendo como ponto fundamental da ordem de trabalhos a aprovação dos relatórios e contas de 1984, bem como o parecer do conselho fiscal central.

Ponto obrigatório da assembleia geral nacional ordinária era também a actualização de quotas para 1986. Para além destes dois pontos, a ordem de trabalhos incluía ainda a alteração do regulamento eleitoral e a apreciação do processo disciplinar instaurado ao ex-presidente da direcção da delegação de Évora.

Registando-se embora um número pouco elevado de presenças (94 associados), os trabalhos decorreram na maior normalidade, com intensa participação, o que levou a uma discussão aprofundada das matérias

em análise, especialmente dos relatórios e das contas.

Foi exactamente o primeiro ponto da ordem de trabalhos que viria a ocupar quase toda a reunião, terminando a sua discussão já depois das 19 horas. Devendo a assembleia terminar às 20 horas, restou pouco mais de meia hora para deliberar sobre a actualização das quotas não sendo possível discutir os dois últimos pontos.

Sobre os relatórios, a assembleia aprovou na íntegra o Relatório de Actividades do Conselho Nacional, o Relatório e Contas da Direcção Central com duas pe-

quenas alterações e o Parecer do Conselho Fiscal Central apenas quanto às conclusões.

As alterações introduzidas no Relatório da Direcção Central dizem respeito ao bar da sede e à tipografia, sectores que mereceram grande atenção por parte dos associados, salientando melhor as despesas não imputadas, para mais realisticamente se poder avaliar os resultados.

Quanto ao Parecer do Conselho Fiscal Central, que continha uma extensa análise, sobre as actividades de 1984, realçando aspectos menos conseguidos, a assembleia decidiu aprovar apenas as conclusões, considerando a análise como comunicação, proveitosa, à própria assembleia.

Publicamos a seguir, na íntegra, os documentos aprovados, bem como os quadros das contas considerados fundamentais.

Ainda no âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos, a assembleia aprovou duas propostas, determinando uma que «futura» os relatórios e contas deverão ser publicados previamente no «Elo» e a outra que todos os documentos para análise pelos sócios deverão ser passados a braille ou gravados, para melhor facilidade de consulta dos deficientes in-visuais.

Dando cumprimento à deliberação de uma assembleia geral nacional anterior, a assembleia pronunciou-se sobre a actualização de quotas para 1986, vindo a estabelecer o quantitativo de 90\$00 mensais. Assim, a partir de 1 de Janeiro de 1986, os sócios pagarão 90\$00 de quotas por mês.

Como já referido, por falta de tempo, não chegaram a ser discutidos os dois últimos pontos da ordem de trabalhos. Pretendia-se que



No momento da votação do relatório

a assembleia introduzisse algumas alterações ao Regulamento Eleitoral, no sentido de o melhorar, para além de proceder a alguns ajustamentos na redacção, em adequação aos Estatutos. Não tendo sido possível essa discussão, as próximas eleições, tal como as de há dois anos, decorrerão em função deste regulamento. As dúvidas, conforme o próprio regulamento determina, serão da competência da Mesa da Assembleia Geral Nacional, que,

em conformidade com os estatutos, as esclarecerá. Noutro local deste número procedemos à publicação do Regulamento Eleitoral na íntegra, para orientação dos sócios neste período pré-eleitoral.

O último ponto da ordem de trabalhos — apreciação do processo disciplinar instaurado ao ex-presidente da direcção da delegação de Évora, deverá constar novamente da ordem de trabalhos da próxima Assembleia Geral Nacional.

DIRECÇÃO DA ADFA RECEBIDA NA EMBAIXADA DE MOÇAMBIQUE

Depois de no mês passado ter sido nomeada pela Comissão Permanente Europeia da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC) para representar esse organismo na próxima reunião da Comissão Permanente Africana, a ADFA pediu audiências aos embaixadores de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. Esse último pedido de audiência foi já satisfeito e o contacto realizado revelou a existência de grande abertura moçambicana à cooperação com a ADFA, quer no plano bilateral entre deficientes dos dois países, quer no âmbito da FMAC.

A primeira das audiências pedidas pela direcção da ADFA aos embaixadores dos Países Africanos de Expressão Portuguesa decorreu no dia 28 de Março na Embaixada de Moçambique. Em representação do embaixador, o sr. Daniel Mondlane recebeu a direcção, à qual exprimiu a maior abertura e interesse da parte moçambicana no estabelecimento do diálogo.

Em Moçambique não foi ainda criada qualquer organização de Antigos Combatentes mas existe uma Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes, dependente do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, e por sugestão do sr. Daniel Mondlane, a ADFA irá estabelecer um contacto directo com essa Secretaria de Estado.

A par disso, a direcção da ADFA continuará a proceder aos contactos previstos e irá

fazer também nova diligência junto da Secretaria de Estado portuguesa da Cooperação para saber que apoios esta poderá prestar nesta nova missão da ADFA.

Como o «ELO» divulgou na altura própria, a ADFA foi escolhida pelas organizações europeias de Antigos Combatentes, que estiveram em Lisboa entre 24 e 27 de Fevereiro, para representar a Comissão Europeia da FMAC na reunião da Comissão Africana, que se vai realizar em Free-town, na serra Leoa, em 27 e 29 de Maio próximo.

Esta missão da ADFA tem por finalidade última trazer até à Federação Mundial os antigos combatentes dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, os quais não se encontram de momento representados em qualquer organismo internacional de antigos combatentes.



Um aspecto da Assembleia Geral

Sócios falecidos

MANUEL FERNANDO DE CARVALHO, sócio n.º 1610, com 36 anos, faleceu no passado dia 22 de Março, em Sesimbra, por afogamento. Este sócio ficou deficiente em Angola por acidente com arma de fogo.

Tinha dois filhos menores, era natural de Lisboa e vivia em Sesimbra.



ANTÓNIO LOURENÇO MUGEIRO, sócio n.º 487, de 34 anos, faleceu no H. M. P. no dia 1 de Abril. Este sócio tinha ficado amputado dos dois membros inferiores vítima do rebentamento de uma mina, em 1972, em Moçambique. Era solteiro e natural de Penamacor onde foi a sepultar.

ADRIANO ANTUNES DAS NEVES, sócio n.º 8130, de 49 anos, faleceu no dia 11 de Março em Lisboa por insuficiência renal crónica. Este sócio tinha adquirido uma doença pulmonar durante o serviço militar em 1957. Era casado e natural de Cerpina-Lousã.



Aos familiares dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

CONSELHO NACIONAL REALIZOU REUNIÃO ORDINÁRIA

O Conselho Nacional da ADFA, em reunião ordinária, realizada no passado dia 16 de Março, aprovou o seu próprio Relatório de Actividades relativo a 1984 e aprovou ainda o orçamento para o COMO (Centro Oficial de Meios Ortopédicos) da Delegação do Porto, que tinha ficado em aberto aquando da aprovação do orçamento geral da Associação na reunião anterior.

O Relatório de Actividades do Conselho Nacional foi aprovado na redacção que lhe tinha sido dada pela mesa da Assembleia Geral Nacional, sendo depois apresentado à Assembleia Geral Nacional Ordinária de 30 de Março, que o aprovou na íntegra. Noutro local deste número vem publicado o Relatório de Actividades do Conselho Nacional, tal como os restantes documentos aprovados na Assembleia Geral Nacional.

Embora não tenha sido possível, durante este mandato, aprofundar a discussão sobre as oficinas da Associação, o Conselho Nacional, na última reunião, tomou duas decisões que deixam menos vazio esse espaço de análise. Sobre o Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Delegação do Porto, o Conselho aprovou o seu orçamento para 1985, afectando-lhe a verba de 1 393 000\$00.

Sobre a Tipografia, sita em Lisboa, o Conselho decidiu que deverão ser levados a cabo todas as «demarques» necessárias perante as entidades que eventualmente possam apoiar, no âmbito da formação profissional e reabilitação, autorizando a Direcção Central a fazer acordo protocolar quanto à exploração futura da oficina.

Constava ainda da ordem

de trabalhos desta reunião a análise das conclusões da 11.ª reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC, tendo, sobre esta matéria, sido feita uma exposição detalhada, por parte de um elemento da Direcção Central, nomeadamente sobre a forma como decorreu a reunião, as conclusões da mesma e os benefícios para a ADFA da sua participação activa na FMAC.

Antes da ordem do dia foi analisado um documento dos órgãos sociais da Delegação de Famalicão divulgado por todas as delegações e do qual constam algumas críticas ao Conselho Nacional sobre o seu funcionamento, comunicando, ao mesmo tempo, que os representantes daquela delegação não voltariam a participar no Conselho sem estarem criadas certas condições. O Conselho Nacional reagiu a esta posição, considerando que a mesma, em vez de pública, deveria ter sido tomada no próprio Conselho pelos representantes da Delegação de Famalicão, defendendo aí os seus pontos de vista. Além disso, o Conselho não só condenou a publicidade já dada a esta posição, como decidiu não autorizar a sua publicação no ELO, conforme pretendiam os subscritores.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL RELATIVO A 1984

Durante o ano de 1984, o Conselho Nacional realizou as duas reuniões ordinárias estatutariamente definidas (a segunda, com atraso, já em 1985 — 26 de Janeiro) e ainda uma reunião extraordinária destinada a uma análise aprofundada de questões mais prementes da vida associativa.

As reuniões contaram sempre com a quase totalidade dos membros do Conselho, o que garantiu, desde logo, pela sua representatividade, o aprofundamento dos assuntos tratados e a operacionalidade das deliberações tomadas.

Uma questão, contudo, o Conselho Nacional não conseguiu discutir com exatidão e produtividade. Foi o caso do alargamento do Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Delegação do Porto. Mas não ficou a dever-se propriamente à falta de capacidade do Conselho, mas antes à falta de equacionamento prévio deste assunto com todos os dados disponíveis.

A primeira reunião ordinária do Conselho Nacional realizou-se no dia 10 de Março. Nesta reunião, o Conselho aprovou o seu relatório de actividades relativo a 1983, fez algumas rectificações ao orçamento para 1984 e analisou a questão da delimitação das áreas das delegações.

As reuniões para 1984, o Conselho acrescentou a verba

de 500 000\$00 para despesas com as comemorações do 10.º Aniversário da Associação, a ser ministrada pela Direcção Central. Deliberou ainda sobre a articulação, através de conhecimento dado à Direcção Central, por parte das delegações, dos subsídios atribuídos a estas por quaisquer entidades. Sobre as áreas das delegações, o Conselho decidiu mandar realizar um estudo, a fim de ser apreciado futuramente.

Em 20 de Outubro, o Conselho Nacional reuniu extraordinariamente, a fim de proceder a uma análise da vida associativa e apreciar uma proposta de ampliação do Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Delegação do Porto.

Sobre a vida associativa, o Conselho analisou um documento subscrito pelos Órgãos Sociais Centrais, intitulado «Para um Relançamento da Vida Associativa», tendo encarregado a Direcção Central de adoptar e implementar todas as medidas capazes de dar resposta às questões dele constantes. O Conselho Nacional, por seu turno, assumiu a responsabilidade de acompanhar a implementação dessas medidas, promovendo o aprofundamento da análise iniciada.

O documento analisado e assumido pelo Conselho Nacional parte de um diagnóstico da vida associativa, caracterizada por

uma preocupante burocratização e algumas falhas de funcionamento, responsáveis pela não consecução de alguns objectivos fundamentais de Associação. Ao assumir este documento, o Conselho Nacional reconheceu que, para além da estabilidade material garantida para a maioria dos sócios, há que valorizar a integração social na sua dimensão mais subjectiva, contando com os factores psicológicos a nível do próprio deficiente e as barreiras sociais levantadas pelos outros. Para isso, considerou-se fundamentalmente a total informação e esclarecimento dos sócios, bem como a criação de condições para uma participação mais efectiva dentro da Associação, criando deste modo uma dinâmica que possa reflectir mais fielmente os anseios dos deficientes junto dos órgãos oficiais da reabilitação e do próprio Governo. Ao mesmo tempo, prevê-se a reformulação do funcionamento dos serviços internos da Associação, desde o atendimento dos sócios, tipo de apoio a prestar-lhes, até à desburocratização dos serviços administrativos, pondo-se a tónica na componente reabilitacional, a verdadeira razão de ser da Associação.

Nesta reunião foi demoradamente discutido o projecto de ampliação do Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Delegação do Porto e sua transforma-

ção em Centro de Reabilitação e Formação Profissional Integrada. Dado a dimensão deste projecto, e não tendo sido previamente aprofundada a análise entre os órgãos executivos, nomeadamente a Direcção Central e a Direcção da Delegação do Porto, o Conselho, depois de prolongada discussão, não foi capaz de produzir qualquer deliberação.

Nesta reunião foram ainda analisadas as relações entre a ADFA e a FMAC (Federação Mundial de Antigos Combatentes), tendo como base uma exposição feita pela Direcção Central.

A segunda reunião ordinária do Conselho Nacional relativa a 1984 teve lugar já em 1985 (26 de Janeiro), devido a demoras relacionadas com a preparação do orçamento.

Nesta reunião o Conselho aprovou o orçamento da Associação para 1985, com base numa proposta da Direcção Central. Não sendo as disponibilidades suficientes para fazer face às despesas gerais da Associação, o Conselho acabou por aprovar o orçamento com um saldo negativo de 1374 700\$00.

Na aprovação do orçamento o Conselho Nacional tomou consciência do desequilíbrio que se verifica entre a estrutura da Associação e os gastos ine-

rentes, por um lado, e as disponibilidades, por outro. Ao crescimento daquela não tem correspondido um aumento das receitas, nomeadamente o subsídio do orçamento geral de Estado. Especialmente volumosas são as verbas destinadas a pessoal (23 762 000\$00). Perante isso, o Conselho deliberou neutralizar o saldo negativo através da redução do número de trabalhadores da Sede. Além disso, deliberou reduzir os custos de estrutura relativamente à porposta inicial, nomeadamente em amortizações, deslocações e estadias, diversos serviços e outras despesas e encargos.

Dado ainda não existirem condições para tratar a questão do Centro Oficial de Meios Ortopédicos da delegação do Porto, assunto que tinha ficado em aberto na reunião anterior, o orçamento específico do centro não chegou a ser aprovado. Pelas mesmas razões, não chegou a ser tratado o ponto da Ordem de Trabalhos sobre a situação dos centros produtivos da Associação.

Nesta reunião, o Conselho Nacional apreciou uma proposta do Conselho Fiscal Central sobre a situação da Delegação de Évora. Em face do não funcionamento estatutário dos órgãos da delegação e de graves irregularidades detectadas, o Conselho Fiscal propôs e o Conselho Nacional aprovou o

encerramento temporário da Delegação de Évora, ficando a sua gestão na dependência da Direcção Central. O Conselho Nacional encarregou ainda a Direcção Central de desencadear os mecanismos necessários para o apuramento de responsabilidades e consequente punição dos elementos preverificados.

Paralelamente à aprovação do orçamento, o Conselho Nacional deliberou afectar às Delegações do Funchal e Bragança, a fundo pedido e a serem suportadas pelas reservas associativas, as importâncias de 409 000\$00 e 459 000\$00, respectivamente, para a aquisição de equipamento e mobiliário para as instalações. A ser também suportada pelas reservas associativas, deliberou destinar a verba de 500 000\$00 às despesas com a realização da 11.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da PMAC, a realizar em Lisboa de 24 a 27 de Fevereiro de 1985.

Por último, nesta reunião, o Conselho Nacional aprovou uma proposta da Direcção Central, fixando as áreas de influência das delegações, com a introdução de algumas correcções nas delimitações que na prática se vinham verificando, de molde a tornar mais fácil o acesso dos sócios e mais operacional o apoio a prestar-lhes.

Os nossos associados — Manuel Soares, artesão

Uma bala mudou a vida deste homem

Manuel Joaquim Barroso Soares era um bom estudante, profissional aplicado e competente, capaz de fazer bastante mais que deixar as paredes direitinhas de alto a baixo e remates perfeitos nas curvas das abóbadas. Era, porque um dia foi para a vida militar e uma bala, uma única, perdida numa guerra sem razão, em terras de África, o obrigou a ser ainda muito mais do que isso.

Manuel Soares é hoje artesão, profissional por conta própria e produz peças de gesso moldado e em matéria plástica «marfite» na linguagem da profissão. Os seus trabalhos encontram-se à venda nos melhores estabelecimentos de Lisboa e de todo o País e só o facto de a oficina de que dispõe ter um espaço limitado o impede de ir mais longe. Porém, «para chegar a isto sou bastante», confessa, antes de começar a contar as voltas que deu a partir do dia em que uma bala entrou na sua vida.

Primeiro cabo radiotelefonista da 2430.ª de Cavalaria do Batalhão 2854, Manuel Soares tinha 21 anos em 1969. Foi a partir desse ano que a sua vida mudou, como ele próprio nos conta:

«Famos para uma operação, nem me lembro bem do local exacto, mas foi na zona de Zala em Angola. Caminhávamos ao longo de um morro descampado quando fomos emboscados com armas automáticas.

Conta-nos que foi o único atingido, porque o grupo em que se encontrava ripostou rapidamente aos disparos que acabavam de os surpreender. Uma bala entrou-lhe na coxa direita, cortando o nervo ciático.

«Fiquei à espera que viesse outra»

«Naquele momento, prosseguiu, fiquei totalmente quieto.

Fiquei quase a espera que viesse outra. Não havia qualquer defesa, nem árvores, nem acidentes de terreno».

O fogo rápido dos companheiros evitou que «outra» bala causasse maiores danos. As armas acabaram por se calar.

E o Soares prossegue: «Fui levado pelos outros companheiros durante uns 20 a 30 metros, numa maca improvisada com panos de tenda, até ao fim da picada. Depois levaram-me de viatura até Zala e daí para Santa Eulália de helicóptero e daí mais tarde para Luanda de avião».

Ainda não terminaria aí a sua viagem. Acabou por vir para o Hospital Militar em Lisboa, onde foi operado ao nervo ciático e onde lhe foi extraída a bala, cerca de dois meses depois da emboscada.

A recuperação foi lenta: «Não conseguia estar sentado. O pé inchava». Tinha muitas dores. Ainda hoje tem muitas dores, o que não o impede de se bater valentemente pela vida.

Nos primeiros tempos depois de sair do hospital, ainda tentou voltar à sua profissão. Mas era duro ter de subir a andaimos. Chegou a estar inscrito na Associação para arranjar um emprego mais leve, mas lembrou-se entretanto de, com os materiais que bem conhecia, fazer alguma coisa de diferente. Começou então a produzir figuras em gesso moldado. Não foi fácil, mas deixou-lo mais uma vez contar como foi:

«Isto dava pouco na altura porque estava pouco divulgado. Criei isto sozinho». Entretanto, à medida que o seu trabalho foi sendo divulgado, as encomendas aumentaram e o Soares não só conseguiu conquistar uma actividade para si, como acabou por ter de chamar à sua oficina o irmão, a esposa, a cunhada... e assim sucessivamente até que vieram todos». Actualmente família inteira trabalha na sua oficina.

Muitas e variadas formas

Dessa oficina saem peças com as inspições mais variadas, desde os motivos religiosos, o Santo António, a Sr.ª da Conceição, o Presépio, anjinhos, a Última Ceia, a Sagrada Família, e motivos orientais, budas, colunas, jarras, lutas de galos e motivos populares, «mãe pobre», «mãe rica», casas de pastores, palhaços, animais, passando por motivos de inspiração clássica como Ninfas, meninos sustentando colunas e candeieiros, conchas, carancas, fontanários, alegorias às Estações do Ano, e muito mais.

As suas peças, com a brancura do gesso ou o amarelado do falso marfim são dos tamanhos mais variados, simples, de acabamento esmerado.

A grande diversidade e a relativamente fraca presença de motivos tradicionais portugueses na sua produção, justificam os o Soares com as pressões do mercado: «Temos de atender a numerosíssimos gostos e vontades, e fazer aquilo que mais nos pedem».

Pormenor curioso consiste no facto de o cliente poder pintar as peças dando-lhes as cores

que mais lhe agradem e participando da criação dos seus próprios objectos de uso ou simplesmente ornamentais.

Mas as artes deste artesão e sócio da ADFA não ficam por aqui. Uma das particularidades interessantes do seu trabalho tem que ver com a possibilidade de produzir réplicas de peças valiosas que o proprietário receie ter em casa. Manuel Soares já satisfaz pelo menos uma encomenda desse género. «Claro que destruí os moldes e só fabriquei uma peça, como combinado com o cliente».

Outro tipo de encomendas que já têm aparecido na sua oficina são os florões ramagens e figuras de gesso em alto relevo para tectos, característicos da construção rica do princípio deste século. Já não há muito quem seja capaz de se encarregar destes trabalhos delicados. Manuel Soares é um dos raros artífices desta arte em risco de se perder.

Tectos em «talha»

Perguntamos-lhe se seria capaz de realizar uma maquete em tamanho natural de um portal manuelino como os que existem na sede da ADFA. Responde — resolutamente que sim, não teria qualquer dificuldade, e acrescenta que a tomada do molde pelo original não implica qualquer risco para a conservação deste.

Fala ainda de um tecto de gessos moldados do início do século, representando as estações do ano... Enfim, coisas de que os jovens estudadores de hoje pouco ou nada sabem e de que Portugal vai perdendo memória também.

Sobre a guerra nas ex-colónias, afirma pensar que «as coisas levaram um caminho que nunca deveriam ter levado. Se pensássemos continuar lá deveria ter havido uma política diferente, dar oportunidades aos naturais de lá para que nunca tivesse acontecido o que aconteceu».

Sobre a reacção dos «outros» nas relações do dia a dia diz-nos que «não pode falar» muito pois a sua deficiência «é pouco ou nada visível».

No entanto desabafa: «sinto-me um pouco complexado porque não posso usar calçado

normal. Tenho de andar sempre de botas. Até quando vou para a praia».

Quanto à reacção da sua própria família, «aceitou. Pelo menos eu ainda estava vivo».

Manuel Joaquim Barroso Soares (não tem nada a ver com famílias do mesmo apelido bem conhecidas na vida pública portuguesa), 37 anos, artesão, vítima da guerra, um profissional de corpo inteiro, mais «eficiente» que muitos outros no mesmo campo de actividade, capaz de superar os momentos maus com uma invejável energia. Complexos de quê, Manuel Soares?

MOSTRAR QUEM SÃO OS SÓCIOS DA ADFA

Com a reportagem sobre o nosso associado Manuel Soares, iniciamos uma série de trabalhos destinada a revelar o rosto da nossa associação, enquanto grupo de gente que vive, que está bem viva, e como tal se manifesta.

Os sócios que no seu dia-a-dia, como passatempo ou forma de ganhar a vida criam alguma coisa, quer se trate de artesanato, pintura, música, literatura, ou de móveis, utensílios, casas ou não importa o quê, têm o direito de ver essa sua actividade falada no nosso jornal, e este ganhará por sua vez, em revelar a dimensão humana a activa daqueles que constituem a sua razão de ser.

Pretendemos assim dar nova dinâmica a estas páginas, onde, como é evidente, continuarão a ter lugar as informações sobre a vida da associação, os problemas individuais e colectivos dos sócios, as novidades de técnica, as notícias do que se passa noutros países, e todos os temas relacionados com a deficiência e com a condição de ex-combatente.

Convidamos por isso todos os sócios a fazerem chegar até nós o seu caso ou outros que conheçam com vista a futura publicação nestas páginas. Para que possamos conhecer-nos melhor uns aos outros. Para que os não deficientes entendam que, acima de tudo, somos pessoas como as demais.

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO CENTRAL SOL

I — INTRODUÇÃO

De acordo com o preceito estatutário, a Direcção Central apresenta aos associados o relatório de actividades e contas relativas ao exercício de 1984 numa linguagem simples, concisa e esquemática, de acordo, aliás, com a sua maneira usual de expor os assuntos e a que os sócios já se habituaram.

O exercício de 1984 coincidiu com o 10.º aniversário da nossa associação e tal facto pesou consideravelmente em todas as actividades desenvolvidas, como ao longo deste relatório podemos constatar.

Comemorar os dez anos de existência da ADFA, com a dignidade que o esforço colectivo dos Deficientes das Forças Armadas exigia, constituiu para nós tarefa prioritária, para a qual foram afectados todos os meios humanos e materiais disponíveis.

Conscientes de que a informação do que fomos, do que somos e o que pretendemos vir a ser constitui a trave mestra de todo o nosso trabalho, desdobrámo-nos em contactos a todos os níveis, com o objectivo de ultrapassar desconfianças, anular ideias pré-concebidas e desfazer equívocos.

Procurámos assim afirmar a ADFA em toda a sua plenitude, assumindo os êxitos e os fracassos, mas não abdicando da nossa personalidade colectiva, forjada no esforço militante de dez anos de muito trabalho e luta, que levou a ADFA a conquistar o lugar que, por direito, hoje lhe cabe na sociedade portuguesa.

O resultado deste nosso trabalho foi francamente positivo, e se, por um lado, a ADFA é hoje uma organização mais prestigiada e reconhecida, por outro lado, as responsabilidades foram também acrescidas, não podendo a nossa associação eximir-se de dar um maior contributo no equacionamento e defesa dos direitos, não só dos seus associados, como dos deficientes em geral.

Igualmente, ao nível internacional, reforçámos a nossa participação como membros e representantes de Portugal na Federação Mundial dos Antigos Combatentes, filiação altamente reconhecida por todos os órgãos de soberania e que se veio a materializar nos apoios recebidos aquando da realização, já no corrente ano, da 11.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC.

Os direitos dos cidadãos, individualmente ou em grupo, não são uma aquisição inata, mas conquistam-se, criando-se as condições para que os mesmos sejam reconhecidos, sendo esta a orientação que conscientemente assumimos, e que no nosso entender materializou as deliberações da Assembleia Geral de 14 de Janeiro de 1984.

II — ACTIVIDADES INTERNAS

1. Reabilitação e Apoio Social

1.1. Para que os problemas dos sócios tivessem um tratamento adequado, os órgãos e serviços da ADFA desenvolveram uma intensa actividade que se traduziu em milhares de ofícios, circulares e requerimentos, prestaram-se inúmeras informações e solicitaram-se várias entrevistas com entidades civis e militares.

1.2. Em 1984 inscreveram-se como sócios efectivos 373 sócios, dos quais mais de metade pela sede.

1.3. Continuou a emitir cartões das ADM's sendo elaborados 11205 cartões, destacando-se pelo seu volume de trabalho as delegações do Porto, Lisboa e Viseu.

1.4. Foi dado um primeiro tratamento informático aos dados dos sócios, iniciando-se já a 2.ª fase daquela informatização, que irá permitir uma maior e melhor capacidade de resposta dos serviços da ADFA.

1.5. Continuou-se a efectuar uma revisão dos processos dos sócios, no sentido de serem detectadas faltas ou anomalias.

1.6. Algumas delegações obtiveram do comércio local descontos especiais para os associados.

1.7. Foi autorizada a criação de uma cooperativa de Habitação Económica, no norte do País.

1.8. Com a colaboração do NIPRED, da Câmara Municipal de Lisboa, foi reconstruída uma casa de banho, na sede, ficando adaptada para utilização por grandes deficientes.

1.9. Foi alargado aos cônjuges o contrato especial de seguro de vida-grupo, subscrito com a Companhia de Seguros Fidelidade e a Caixa Geral de Depósitos, que permite aos sócios da ADFA condições económicas vantajosas.

1.10. O Serviço de Contencioso continuou a prestar apoio jurídico a alguns sócios, às delegações e à Direcção Central, realizando cerca de 120 audiências a sócios, produzindo 19 pareceres escritos, elaborando 3 autos de inquérito, acompanhando 2 processos judiciais, o processo de desvinculação da Sociedade Clínica e vários recursos interpostos por sócios para o Supremo Tribunal Administrativo, além de prestar informações orais diversas.

Foi feita uma compilação e sistematização de todos os diplomas legais de maior interesse para os órgãos e serviços da ADFA, criando-se um razoável instrumento de trabalho que foi remetido às delegações.

1.11. Foram atendidos e apoiados numerosos sócios carenciados, com problemas de habitação, de necessidade de internamento, de assistência médica e financeiros.

O Fundo de Assistência Social contemplou 30 sócios no montante global de 129010\$00.

O subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian para aquisição de viatura própria ou triciclos motorizados para grandes deficientes foi distribuído por 11 sócios, no montante de 246750\$00.

1.12. Verificou-se uma diminuição acentuada no apoio directo no campo de assistência médica, prestado através

da Sociedade Clínica, no entanto ainda se realizaram algumas consultas de Clínica Geral, Psiquiatria e Estomatologia e receberam-se dos laboratórios médicos algumas amostras gratuitas, que foram distribuídas pelos doentes presentes naquelas consultas.

1.13. A secção de reabilitação profissional foi dinamizada, incrementando-se o apoio a sócios e desenvolvendo contactos diversos junto das entidades empregadoras.

1.14. O Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Delegação do Porto adquiriu 156 novos utentes, dos quais 142 são civis.

Produziu e reparou 522 próteses e ortóteses.

O serviço de Fisiatria efectuou 205 consultas médicas.

1.15. Continuaram as diligências no sentido de ser implantado nas instalações da Delegação de Évora um Centro Oficial de Meios Ortopédicos, cujos estudos de projecto foram efectuados pela Delegação do Porto e entregues na Direcção Regional da Secretaria de Estado de Emprego em Évora, para efeitos de estudo e financiamento.

2. Vida associativa

2.1. Em 14JAN84 efectuou-se uma AGN extraordinária, que aprovou a proclamação do 10.º Aniversário da ADFA e definiu as reivindicações para 1984.

2.2. Em 18FEV84 efectuou-se uma AGN para complemento da anterior, que apenas abordou o primeiro dos 5 pontos que tinha agendados, aplicando a pena de suspensão de direitos e deveres associativos por 2 anos a 6 sócios que subscreveram um documento que caluniava um dos Órgãos Sociais Centrais.

Foi aprovada a actualização de quotas para 70\$00. Aprovou-se ainda a metodologia para actualização de quotas, que deverá ser anual e a aprovar na AGN Ordinária que aprecia o Relatório de Actividades e Contas da DC.

Foi autorizada a venda de um imóvel da ADFA do qual não advém qualquer rendimento e que se encontra bastante degradado.

2.3. Em 10 MAR84 reuniu ordinariamente o CN, que aprovou o seu relatório de actividades relativo a 1983, tratou de algumas rectificações orçamentais e encarregou a DC de mandar preparar um estudo sobre a delimitação das áreas de influência das delegações.

2.4. Em 14ABR84 efectuou-se uma AGN Ordinária, que apreciou e aprovou o relatório de actividades e contas da DC e o parecer do Conselho Fiscal Central.

Deliberou sobre a actualização de quotas para 1985 e apreciou as diligências efectuadas sobre as reivindicações da ADFA para 1984, no âmbito das comemorações do seu 10.º Aniversário.

2.5. Em 14 MAI 84 realizou-se uma Sessão Solene, no âmbito das comemorações do 10.º Aniversário da Associação, que foi presidida pelo Chefe da Casa Militar da Presidência da República, em representação do Presidente da República, tendo estado presentes muitos associados e várias entidades e personalidades, nomeadamente membros do Governo, da Assembleia da República, de Embaixadas, de Organismos Militares e de Associações de e para Deficientes.

Seguiu-se um «Porto de Honra», após o que foi inaugurada uma escultura alusiva aos 10 anos da ADFA e aos princípios pelos quais se rege, seguindo-se um concerto pela Orquestra Ligeira do Exército, no teatro D. Maria II.

2.6. A propósito da discussão sobre o relançamento da vida associativa, a D. C. visitou todas as delegações do continente, algumas das quais onde nunca tinha estado, sendo abordados diversos aspectos da vida associativa e se tomou conhecimento da vivência e das dificuldades de cada delegação.

2.7. Em 20 OUT84 reuniu o C. N. que culminou a fase de discussão encetada pela D. C. sobre o relançamento da vida associativa, aprovando medidas que privilegiam formas de actuação interna mais associativas.

Foi apreciada uma proposta da Delegação do Porto sobre a ampliação do COMO sem que se tivesse chegado a qualquer deliberação.

2.8. Foram criados os núcleos de Alcobaça e Cascais que irão garantir uma maior participação directa dos sócios na vida associativa.

2.9. Fruto do dinamismo dos Órgãos Sociais regionais, a Delegação de V. N. Famalicão viu ampliadas as suas instalações de uma sala ampla que vai ser adaptada para bar e sala de convívio e as Delegações do Funchal e de Bragança obtiveram do Governo Regional da Madeira e da Câmara Municipal de Bragança instalações novas e amplas que muito irão contribuir para a intensificação da participação associativa.

2.10. Assegurou-se a publicação mensal do «ELO», que fez a cobertura total e integral de todos os aspectos da vida associativa.

A largou-se a sua expedição à imprensa regional e a entidades que o têm solicitado, procurando-se fazer uma difusão o mais profunda possível.

Não se conseguiu ainda que a maior parte das delegações colaborassem na sua elaboração, sendo quase só preparado pela Sede.

3. Dinamização, cultura e desporto

3.1. Procurou-se incrementar a participação associativa, promovendo reuniões periódicas de associados em algumas delegações, actividades culturais, recreativas e desportivas.

3.2. Com a colaboração da Associação Industrial Portuguesa, a ADFA esteve presente na FIL em 2 feiras anuais, a Nauticampo e a Juventus, onde esteve patente uma pequena exposição fotográfica, livros da autoria de alguns sócios e material de divulgação, sendo visitada por milhares de pessoas, incluindo alguns membros do Governo.

3.3. Foram organizados convívios associativos em Lisboa, na Serra da Arrábida, em Alcobaça e no Cartaxo, que reuniram muitos associados.

O convívio nacional, no âmbito das comemorações do 10.º Aniversário da ADFA, foi da responsabilidade do núcleo de Vila do Conde, que contou com cerca de 800 pessoas. Incluiu um acampamento, a presença da fanfara dos bombeiros, cicloturismo, almoço e tarde cultural e recreativa abrihantada com conjuntos musicais e ranchos folclóricos.

Pelo Natal, outros convívios se realizaram em quase todas as delegações, que mais uma vez foi um ponto alto da participação associativa.

3.4. Foi criado o Grupo Coral Infantil da ADFA, constituído por filhos de sócios e que actuou na Festa de Natal da Sede.

3.5. Em Abril e Maio realizaram-se 4 colóquios, com a colaboração da Associação 25 de Abril, Associação Portuguesa de Escretores e Sindicato dos Jornalistas, subordinados aos temas «Consequências da Guerra Colonial», «O 25 de Abril e a descolonização», «Literatura da Guerra Colonial» e «Informação e Guerra Colonial», que trouxeram à ADFA alguns associados, entidades e personalidades diversas.

3.6. Na Sede esteve presente ao público uma exposição fotográfica durante os meses de Abril e Maio sobre a problemática do deficiente e da Guerra Colonial.

Com a colaboração da Delegação de Setúbal, levou-se a efeito uma exposição fotográfica no Barreiro, integrada num programa de actividades municipais e foi enviada uma exposição fotográfica para a Delegação de Coimbra a propósito das comemorações do 25 de Abril.

Com o intuito da divulgação da ADFA, da problemática do deficiente e da Guerra Colonial, foram emprestadas algumas fotografias a escolas e a autarquias.

3.7. Foram editadas 2 publicações com os títulos «10 ANOS DE LUTA» — as reivindicações ainda não satisfeitas» e «Pelo direito à igualdade e não à diferença» que foram amplamente divulgadas a nível nacional e internacional.

3.8. Com a colaboração da Chefia do Serviço de Material de Instrução (CHESMATI) foi realizado um diaporama sobre a ADFA, que foi projectado no 15.º Congresso da Reabilitation International, no aniversário do «ELO», no Secretariado Nacional de Reabilitação no âmbito do dia nacional do deficiente e na festa de Natal da Sede.

Com a colaboração do Centro de Audio-Visuais da Força Aérea, foi realizada uma montagem em video-tape de filmagens de algumas cerimónias da ADFA.

3.9. No âmbito das comemorações do 25 de Abril, realizou-se na Sede uma exposição de desenhos infantis alusivos à quadra que se comemorava, promovida pela A. 25 A.

3.10. Uma delegação da ADFA assistiu aos trabalhos do 15.º Congresso da Reabilitation International, onde também montou uma exposição documental e fotográfica sobre o COMO do Porto.

3.11. Foi comemorado o 10.º Aniversário do Jornal «ELO» com um número especial, que foi enviado a todos os associados e que faz uma breve retrospectiva de alguns aspectos da vida associativa durante os seus 10 anos de existência.

Das comemorações constou um encontro informal com a comunicação social à volta de um «Porto» e o habitual jantar convívio de sócios e assinantes do «ELO». Esteve patente também uma pequena exposição fotográfica.

3.12. A Delegação do Porto comemorou o seu 10.º Aniversário com um jantar convívio.

3.13. O Núcleo de Filuminismo a ADFA com a colaboração do ISEF e do SNR promoveu junto da Fosefiteira Portuguesa o lançamento de uma colecção de 20 carteiros de fósforos com motivos sobre desporto para deficientes, que será uma brilhante campanha de difusão da problemática do deficiente.

3.14. Nas comemorações do dia nacional do deficiente, a ADFA e mais 7 associações de deficientes deram uma conferência de imprensa, que teve como objectivo marcar a posição daquelas organizações sobre a reabilitação que se faz em Portugal, produzindo um documento conjunto, que foi distribuído à Comunicação Social.

A ADFA efectuou uma exposição fotográfica no SNR, onde também passou o seu diaporama, assistiu e participou na Sessão Solene promovida pelo SNR e tomou parte num programa televisivo sobre reabilitação.

3.15. A Sede foi visitada por várias escalas e grupos de estudantes.

3.16. Da autoria de um colaborador da ADFA, foi elaborado o calendário para 1985, que foi distribuído por entidades civis e militares, sector privado e público empresarial, escolas, autarquias, etc. sendo mais uma vez um veículo muito forte de divulgação da ADFA.

3.17. A biblioteca da Sede sofreu algumas obras de beneficiação e foi sistematizada por um colaborador com o curso de bibliotecário, estando a ser criadas condições que permitem o acesso à cultura pelos associados.

Também a Delegação do Porto criou uma biblioteca.

3.18. No campo do ensino, continuou a dar-se uma atenção especial aos sócios de origem e culturas africanas, que no ano lectivo de 1983/84 contava com 15 inscitos, dos quais 4 conseguiram terminar com aproveitamento o curso de educação básica. No presente ano lectivo encontram-se inscitos 17 associados.

No Ciclo Preparatório encontram-se inscitos 16 sócios, dos quais 10 frequentam com regularidade as aulas.

No Curso Geral encontram-se inscitos 23 sócios, dos quais 12 frequentam com regularidade as aulas.

Também na Delegação de Évora se continua a ministrar o ensino básico a alguns sócios da ADFA e a dar apoio no estudo aos filhos dos associados.

3.19. A ADFA organizou e participou em diversos tor-

OBRE O EXERCÍCIO DE 1984

neios e convívios desportivos, onde teve sempre presença digna, procurando sensibilizar a opinião pública para a problemática do deficiente.

3.20. Organizou o torneio quadrangular de Futebol de Salão com a colaboração da Delegação de Setúbal, da Associação Portuguesa de Surdos e do Centro Social do Bairro da Boavista; o convívio desportivo em Vila Chã de Ourique — Cartaxo, com 2 equipas de basquetebol em cadeiras de rodas; o torneio de basquetebol inter-associações e um torneio de futebol integrado nas comemorações do Jornal «ELO».

3.21. Participou na estafeta internacional Campos Verdes/84 em Beja; na corrida em cadeiras de rodas organizada pela APD, entre o Marquês de Pombal e o Rossio; nas comemorações do 25 de Abril em Coimbra, com 2 equipas de basquetebol; em várias modalidades, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, no dia Nacional da Segurança Social; no II Encontro de Desporto para Deficientes, de iniciativa do ISEF, no Estádio Nacional; numa demonstração de basquetebol em cadeiras de rodas na Escola Preparatória Nuno Gonçalves; no torneio Primavera, de basquetebol; em várias modalidades no convívio desportivo de Santarém, integrado nas comemorações do 25 de Abril e no torneio de basquetebol da DGD.

3.22. A delegação de Coimbra organizou o já tradicional concurso de pesca desportiva e participou em concursos promovidos por outras organizações.

A delegação de Castelo Branco organizou um torneio de futebol de 5, no qual participaram atletas da ADFA, dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, da Guarda Fiscal, da GNR, da PSP e do RIC Branco.

3.23. Foi inaugurada uma escola de xadrez, que permitiu já a participação da ADFA num torneio organizado pela APS.

3.24. Aos filhos dos sócios foram ministradas aulas de natação, bem como aos próprios associados.

3.25. Vários sócios, grandes deficientes, frequentaram os Centros de Manutenção e recuperação física, a cargo do Gabinete Especial do ISEF.

3.26. Dois associados frequentaram com aproveitamento o curso de treinadores de basquetebol.

3.27. Dois associados tomaram parte num Seminário sobre Desporto para Deficientes, realizado no Instituto Nacional de Desportos, com a colaboração de técnicos holandeses.

3.28. Após diligências conjuntas com outras associações de deficientes e a DGD foram finalmente aprovados os estatutos e o Regulamento Interno da Federação Portuguesa de Desporto para deficientes e eleita a sua comissão instaladora com a finalidade da prossecução dos trabalhos para a sua legalização.

4. Gestão Administrativa e Financeira

4.1. Em 1984 fez-se a gestão administrativa e financeira decorrente do orçamento aprovado em 1983, procurando intensificar-se os sectores produtivos existentes e criar outros, visando o aproveitamento da mão-de-obra disponível em algumas delegações para além das necessidades associativas, pondo em prática a política de investimentos aprovada no C. N. de Dezembro-83, que punha à disposição de algumas delegações a verba de dois mil e quinhentos contos, para a qual se candidataram as delegações de Vila Nova de Famalicão, Bragança, Viseu e Setúbal, que apresentaram os projectos de viabilização das actividades que pretendiam desenvolver.

Assim se atribuiu a verba de seiscentos contos à Delegação de Famalicão, estudaram-se os projectos de Bragança e de Viseu que vieram a ser contemplados já em 1985 com as importâncias de oitocentos e vinte e três contos e quatrocentos contos respectivamente, não sendo possível apreciar o projecto de Setúbal, por não ter conseguido desenvolver e concretizar a sua proposta.

4.2 O suporte financeiro da ADFA continuou a ser fundamentalmente o subsídio do M. D. N., a quotização dos sócios, a Tipografia-Escola, a secção de Fotografia e os bares de algumas delegações.

4.3. A Tipografia-Escola facturou cerca de doze mil e duzentos contos, apresentando resultados correntes do exercício no valor de quatrocentos e setenta contos.

4.4. Os resultados da actividade comercial da Secção de Fotografia continuam a ser bons, atingindo um valor próximo dos novecentos e trinta contos.

4.5. Os bares da ADFA continuaram a desempenhar a sua função social, sendo locais de convívio e confraternização associativos.

Em algumas delegações, embora não sejam encontrados saldos significativos, apresentam porém uma gestão equilibrada.

Noutras, verificaram-se resultados aceitáveis, como em Famalicão, que apresenta um saldo positivo de duzentos e cinquenta contos, custando grande parte dos encargos com o trabalhador responsável pelo bar, e na Sede, que apenas apresenta um saldo negativo de cento e noventa e sete contos, absorvendo integralmente os encargos dos três trabalhadores que ali laboram, custeando a Sede cerca de quatrocentos e trinta contos de subsídios às refeições dos sócios.

O bar da Delegação do Porto apresentou resultados negativos no valor de duzentos e vinte e dois contos, sem que tenha suportado quaisquer encargos com o pessoal que ali trabalha.

Igualmente a Oficina de Marcenaria da Delegação do Porto apresentou resultados negativos que levou ao seu encerramento.

4.6. O Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Delegação do Porto apresentou duzentos e sessenta e seis contos

de resultados positivos do exercício e tezentos e quarenta e quatro contos de amortizações, não contribuindo ainda com quaisquer rendimentos para o suporte financeiro da ADFA.

III — ACTIVIDADES EXTERNAS

1. Reivindicações legislativas

No âmbito das reivindicações legislativas que visam a melhoria das condições de vida dos DFA e que a propósito das comemorações do 10.º Aniversário da ADFA se pretendiam que fossem uma realidade próxima, foram solicitadas pela D.C. audiências a várias entidades civis e militares para as sensibilizar para aquelas questões, tendo sido recebida pelo Presidente da República, pelo secretário de Estado da Defesa Nacional, pelo secretário Nacional de Reabilitação, pelo chefe do EME, pelo chefe de gabinete do EMFA, pelo chefe de gabinete do presidente da A.R. e por diversos grupos parlamentares da A.R., e foi convocada uma conferência de imprensa onde se teve oportunidade de explicitar junto de alguns jornais, da rádio e da televisão o sentido daquelas reivindicações.

Definiu-se como prioritária a recriação da CMRA no M.D.N., como instrumento fundamental para o equacionamento e resolução das questões que se encontram por resolver, obtendo-se do secretário de Estado da D.N. a vinculação à recriação da CMRA, no âmbito da nova lei orgânica do M.D.N. que ainda se encontra por aprovar.

A culminar um processo de diligências continuadas, verificou-se a aprovação do decreto-lei n.º 319/84 que torna extensivos aos milícias quase todos os direitos que vêm beneficiando os DFA.

A alteração do decreto-lei n.º 93/83, sobre a acumulação da pensão com o vencimento, quando trabalhadores da Função Pública e o projecto da acumulação de pensões encontra-se na Presidência do Conselho de Ministros, para o qual se obteve o apoio da secretaria de Estado da D.N.. Entretanto, por diligências efectuadas junto da Caixa Geral de Aposentações, conseguiu-se que no limite para que aponta aquele diploma (vencimento de ministro) não sejam considerados o abono e a prestação suplementares de invalidez.

Em Agosto, as Unidades e os Estabelecimentos Militares deixaram de fornecer Senhas de gasolina aos deficientes em serviço, pondo em execução uma determinação de 1979 do EMGFA, que deu origem a uma rápida reacção da ADFA, endereçando uma exposição ao CEMGFA, com conhecimento à secretaria de Estado da D.N. e aos chefes dos 3 ramos das F.E., de que resultou a reposição do fornecimento de gasolina aos deficientes em serviço do Exército, abrangendo assim mais de 90% dos deficientes afectados pelo corte do fornecimento das Senhas de gasolina.

2. FMAC

Em 1984, a ADFA começou a assumir-se plenamente como representante de Portugal na FMAC, tomando parte activa nas suas reuniões estatutárias.

Assim, fez-se representar na reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus (CPAE), que decorreu em Altman, na Alemanha, de 26 a 28 de Janeiro, onde foram abordados temas sobre o suporte financeiro da FMAC, a cooperação entre a Europa e a África, onde se realçou o papel que a ADFA pode desenvolver junto das organizações de antigos combatentes dos países africanos e em especial dos países de língua oficial portuguesa, a paz e o desarmamento, e sobre assuntos sociais, tais como a situação dos antigos combatentes que mudaram de nacionalidade ou que residem no estrangeiro», entre outros.

Nesta reunião, a ADFA foi eleita para promover e organizar a 11.ª Reunião da CPAE, a realizar no 1.º trimestre de 1985, que motivou a presença em Portugal do secretário geral da FMAC em Setembro, para preparação da CPAE/85. Para a organização desta reunião, foram encetadas diligências junto da Fundação Calouste Gulbenkian, da secretaria de Estado da D.N., das Câmaras Municipais de Lisboa e Sintra, para solicitar os apoios necessários, que demonstra bem o prestígio e reconhecimento que a ADFA, angariou na Sociedade Portuguesa, que se veio a repercutir na boa qualidade dos apoios recebidos para aquela reunião, já em 1985.

A ADFA fez-se representar no 42.º Conselho Geral da FMAC, que decorreu em Atenas de 14 a 16 de Outubro, onde foram discutidos e aprovados os projectos sobre o estudo dos problemas de envelhecimento dos antigos combatentes, a exposição excessiva às radiações, actividades em benefício dos antigos combatentes dos países em vias de desenvolvimento, a participação das mulheres na FMAC, aniversários e programas de acção, respeito pela Acta Final de Helsinquia, da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, Turismo Internacional para antigos combatentes e Ano Internacional da Juventude.

3. FMR

O Fundo Mundial de Reabilitação, através dos seus presidente e vice-presidente, esteve em Portugal, a convite da delegação do Porto, com a finalidade de se inteirar dos problemas da reabilitação em Portugal, tendo sido recebido, juntamente com a ADFA, por várias entidades governamentais e privadas, tais como os ministros da Saúde e do Trabalho, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, secretário nacional de Reabilitação, secretário

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1984

NOTA EXPLICATIVA

1.1 INTRODUÇÃO

Apurados os resultados referentes ao exercício findo, julgamos indispensável complementar as contas apresentadas com algumas informações, que por certo permitirão uma análise mais fundamentada dos resultados obtidos.

Referir-nos-emos, primeiramente, aos elementos de contabilidade do Conselho Nacional, Sede e Tipografia, para depois fazer uma breve análise aos resultados globais da Associação, tendo em atenção os mapas consolidados.

1.2 CONSELHO NACIONAL

Concluiu-se o exercício com os resultados líquidos de esc. 159 750\$60. Porém este resultado está afectado, como se pode verificar no mapa de demonstração de resultados, por custos referentes a anos anteriores no valor de esc. 880 080\$00, que só neste exercício foram regularizados e que dizem respeito:

- 1) Verba atribuída à Delegação do Porto em 1982 para aplicação nas oficinas esc. 500 000\$00.
- 2) Verba enviada para a Delegação de A. Heroísmo, quando do sismo, para auxílio a sócios esc. 240 724\$00.
- 3) Verba dispendida na reparação de viatura Mercedes, em serviço na Delegação do Porto e que se encontrava contabilizada em Conservação Plurienal, esc. 139 356\$00.

Teremos assim que os resultados correntes do exercício de 1984 atingiram o valor de esc. 1 039 830\$60.

A conta 63 Fornecimentos e Serviço de terceiros é constituída apenas por duas rubricas:

- 1) Outros serviços prestados, onde se encontram contabilizados os custos c/pessoal não efectivo da ADFA e que expressa o valor esc. 4 756 987\$50.
- 2) Deslocações e Estadias dos Órgãos Sociais que importa em esc. 1 066 01\$50.

Na rubrica outras despesas e encargos estão referenciados os seguintes encargos:

- 1) Apetrechamento da Delegação de Famalicão esc. 600 000\$00.
- 2) 10.º Aniversário da ADFA — esc. 822 576\$0.
- 3) Composição e Impressão Jornal Elo esc. 1 353 135\$10.
- 4) Outras despesas, nomeadamente quotização da FMAC e 15.º Congresso da R.I., esc. 351 894\$00.
- 5) Despesas de Dinamização, Calendários, Brochura da ADFA, esc. 502 521\$00.

Criaram-se amortizações referentes ao imobilizado no valor de esc. 240 351\$00.

1.3 SEDE

O facto mais significativo que resulta da demonstração de resultados da Sede são os elevados valores dos resultados líquidos esc. 2 143 211\$30, cuja justificação se encontra no donativo, extraordinário, feito à Sede no valor de esc. 2 500 000\$00.

Abstraindo deste elemento, podemos considerar que os valores apurados se situam a nível das previsões e por isso estamos face a uma gestão equilibrada.

O resultado negativo de esc. 461 963\$80 dos resultados correntes do exercício traduz os encargos gastos com melhoramentos no palácio não previstos, nomeadamente casa de banho para grandes deficientes esc. 459 200\$00, reparação de instalação eléctrica do Bar. esc. 67 000\$00.

Quanto à exploração do Bar podemos afirmar que ela apresenta os resultados já esperados.

Tem um saldo negativo de esc. 197 087\$90 se não contarmos com os descontos efectuados nas refeições servidas a sócios que atingiram o valor de esc. 438 698\$00 não estando contabilizados custos significativos de fornecimentos e serviços de terceiros.

O Bar, como é do conhecimento dos sócios, não se encontra à altura de prestar um serviço exemplar, pois nasceu de improviso, mal dimensionado e em elevados encargos de estrutura, nomeadamente de pessoal. Fraca produtividade.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1984

(Continuação das centrais)

Os encargos c/pessoal foram de **esc. 1228 171\$00** e o custo das mercadorias vendidas de **esc. 4 039 706\$10**; gastou-se **esc. 132 920\$00** em combustíveis e **esc. 163 202\$90** ou outros fornecimentos e serviços de terceiros.

A venda de produtos rendeu **esc. 4 928 214\$10**.

No que se refere à Fotografia, os seus resultados estão também dentro dos valores previstos. Apresenta um saldo positivo de **929 628\$20**, o que se pode classificar de muito bom.

Realizamos **esc. 5 426 942\$60**, tendo pago de sub-contratos **esc. 4 212 831\$20**, despesas c/pessoal **275 600\$00** e outras despesas **esc. 13 883\$00**.

1.4 TIPOGRAFIA

A Tipografia-Escola, na sequência das medidas tomadas em 1983, continua a apresentar bons resultados, tendo atingido este ano os resultados líquidos de **esc. 1 283 058\$50**. Para este resultado contribuiu, significativamente, a reposição de amortizações acumuladas referentes à alienação de uma máquina de compôr, que foi vendida por um elevado valor, não obstante da sua usura, permitindo recuperar **esc. 752 538\$00** de amortizações já efectuadas.

Ainda assim, temos que os resultados correntes do exercíci são positivos no valor de **esc. 630 538\$50**, tendo-se criado amortizações e provisões no valor de **esc. 468 040\$00**.

Continua, contudo, esta unidade produtiva a debater-se com dois problemas graves que não permitem a obtenção de melhores resultados. Por um lado, o estado de usura do seu equipamento, que necessita de urgente reforma. A Oficina terá que se reequipar com equipamento offset para poder fazer face à crescente inovação técnica no sector.

Por outro lado, há necessidade de redefinir o quadro orgânico de pessoal, tendo em consideração as características do equipamento e métodos de trabalho, passando pela reciclatem de alguns trabalhadores.

Nos resultados de Tipografia não estão contabilizados os custos administrativos referentes à contabilidade e gestão nomeadamente o salário do funcionário da contabilidade, parte do salário do contabilista, custos de serviços administrativos e do transporte.

1.5 ASSOCIAÇÃO — VALORES GLOBAIS

A leitura dos valores apresentados nos mapas consolidados permitem-nos ter uma visão global da ADFA.

Com efeito, verificamos que os resultados líquidos apurados em 1984 atingiram o montante de **esc. 3 299 713\$88** positivos, o que é bastante significativo e representa a dinâmica da Associação durante o exercício de 1984.

No capítulo dos custos, devemos realçar o elevado valor das mercadorias e matérias primas movimentadas, que, adicionadas aos sub-contratos, ultrapassa os 24 500 contos, assim como as despesas com pessoal efectivo, que em 1984 foram da ordem dos 23 600 contos. Naturalmente, os centros oficiais e cantinas contribuíram fortemente para estes valores.

No que se refere a proveitos, salientaremos o elevado montante das realizações em vendas de mercadorias, produtos e prestações de serviços (Bares) que totalizaram mais de 40 500 contos.

Foi recebido do MDN/EMGFA o subsídio de **esc. 23 265** contos e em quotas cobraram-se **esc. 4 975 026\$00** assim distribuídos:

Sede	1.967.970\$00
Porto	938.140\$00
Famalicão	237.115\$00
Bragança	80.480\$00
Coimbra	325.655\$00
Viseu	336.390\$00
C. Branco	325.020\$00
Setúbal	126.080\$00
Évora	167.950\$00
Faro	179.100\$00
Madeira	108.010\$00
P. Delgada	183.116\$00

4.975.026\$00

Este valor representa um aumento de cerca de 85% em relação ao ano anterior e, sem preocupação de rigor, poderemos afirmar que corresponde à quotização de 5900 sócios activos, o que, sendo satisfatório, fica muito aquém dos cerca de 10 000 sócios registados.

CONTAS — Balanço analítico

ACTIVO		PASSIVO			
	Activo bruto	Provisões amortizações e reintegrações	Activo líquido	Passivo e situação líquida	
DISPONIBILIDADES:				DÉBITOS A CURTO PRAZO:	
Caixa			1 056 477\$04	Fornecedores c/ gerais	5 000\$00
Depósitos à ordem			2 927 227\$45	Fornecedores c/ letras e outros títulos a pagar	7 504 273\$50
			3 983 704\$49	Empréstimos de sócios	292 717\$00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO				Empréstimos de associadas	433 317\$58
Depósitos a prazo			8 437 555\$00	Sector público estatal	912 867\$20
Clientes c/ gerais	9 683 025\$04	278 968\$00	9 404 057\$04	Associadas c/ gerais	215 158\$20
Fornecedores, c/c			15 675\$20	Outros credores c/ gerais	3 113 035\$34
Empréstimos a associadas			200 264\$50		12 476 368\$82
Outros empréstimos concedidos			1 325 870\$00		
Outros devedores			4 547 755\$64	DÉBITOS A MÉDIO E LONGO PRAZO:	
			23 931 178\$18	Empréstimos bancários	1 390 000\$00
EXISTÊNCIAS:					1 390 000\$00
Mercadorias	3 375 744\$20		3 375 744\$20		
Produtos acabados e semiacabados	2 473 749\$00		2 473 749\$00		
Produtos e trabalhos em curso	196 507\$00		196 507\$00		
Matérias-primas, subs. e de consumo	5 849 840\$40	271 754\$00	5 578 086\$40		
			271 754\$00		
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS:					
Outras imobilizações financeiras			410\$00		
			410\$00		
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Edifícios e outras construções	6 077 491\$00	1 175 639\$00	4 901 852\$00		
Equip. básicos e outras máquinas e instalações	6 507 966\$80	4 829 295\$00	1 678 671\$80		
Ferramentas e utensílios	1 370 862\$30	911 062\$00	459 800\$30		
Material de carga e transporte	384 314\$40	302 847\$00	81 467\$40		
Equip. admin. e social e mobiliário diverso	8 126 595\$60	3 441 935\$20	4 684 660\$40		
Taras e vasilhame	5 894\$00	2 947\$00	2 947\$00		
Outras imobilizações corpóreas	628 710\$20	147 846\$00	480 864\$20		
			12 290 263\$10		
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:					
Obras em curso			599 379\$20		
			599 379\$20		
CUSTOS ANTECIPADOS:					
Outros custos plurienais			717 266\$50		
			717 266\$50		
Total do activo			53 146 288\$07	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
				RESULTADOS TRANSITADOS:	
				Exercícios anteriores	35 980 205\$37
				RESULTADOS LÍQUIDOS:	
				Resultados ilíquidos	
				depois dos impostos	3 299 713\$88
				DIVIDENDOS ANTECIPADOS:	
				Total da situação ilíquida	39 279 919\$25
				Total do passivo e da situação líquida	53 146 288\$07

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

EXISTÊNCIAS INICIAIS:		VENDAS DE MERCADORIAS E PRODUTOS:		
Mercadorias	3 167 219\$35	Mercadorias	4 444 375\$40	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 286 788\$70	Produtos acabados e semiacabados	28 104 724\$90	
COMPRAS:			32 549 100\$30	
Mercadorias	10 338 290\$90	Prestações de serviços (BAR)	8 024 875\$30	40 573 975\$60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8 952 996\$20	Trabalhos para a própria empresa		306 628\$30
REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS:		VARIAÇÃO DE PRODUÇÕES:		
Mercadorias	40 050\$30	Existências finais:		
EXISTÊNCIAS FINAIS:		Produtos acabados e semiacabados	2 473 749\$00	
Mercadorias	3 372 984\$40	Produtos e trabalhos em curso	196 507\$00	2 670 256\$00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 849 840\$40	Existências iniciais:		
CUSTO DAS EXIST. VEND. E CONSUMIDAS:		Produtos acabados e semiacabados	2 050 149\$84	
Mercadorias	10 092 475\$55	Produtos e trabalhos em curso	189 328\$00	2 239 477\$16
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8 989 944\$50	Aumento/redução dos produtos:		
Embalagens comerciais retornáveis	18 482 420\$05	Produtos acabados e semiacabados	423 599\$16	
Subcontratos	6 221 448\$40	Produtos e trabalhos em curso	7 179\$00	430 778\$16
Fornecimentos e serviços de terceiros	16 679 704\$40	Subsídios destinados à exploração	23 265 000\$00	
Impostos — Indirectos	185 789\$00	Receitas suplementares	1 975 754\$30	25 240 754\$30
Impostos — Directos	1 232\$00	Receitas financeiras correntes		98 106\$00
Despesas com o pessoal	23 600 556\$50	Receitas de aplicações financeiras		1 590 089\$40
Despesas financeiras	876 812\$90	Outras receitas		4 975 026\$00
Outras despesas e encargos	5 575 785\$60	Utilização de provisões		6 663 221\$40
Amortizações e reintegrações do exercíci	1 685 476\$00			
Provisões do exercíci	157 533\$00	(A)		73 466 755\$65
(A)				
Perdas extraordinárias do exercíci	1 111 387\$05	(B)		73 215 357\$76
Perdas de exercíci anteriores	2 714 512\$70	Ganhos extraordinários do exercíci		4 127 182\$48
Resultados líquidos		Ganhos de exercíci anteriores		3 249 829\$04
				7 377 011\$52
				80 592 369\$28

PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL

Reconhece-se que durante o ano transacto se fizeram diversos contactos e tomaram iniciativas que promoveram e ampliaram uma boa imagem externa da ADFA, no entanto, na vivência interna, e sobretudo associativa, ocorreram situações, omitiram-se iniciativas e descuraram-se outras, que deixaram a imagem interna bastante para aquém daquela que se revelou para o exterior.

Reconhece este órgão que mais poderia ter feito no sentido dos propósitos que o norteavam

quando da sua tomada de posse, não tendo levado a cabo uma mais ampla tarefa ao serviço dos designios da ADFA.

Reconhece-se ainda a existência de algumas anomalias de índole financeira e associativa na análise que se acabou de efectuar.

No entanto, é este C. F. C. do parecer que se aprovelem os relatórios de actividades e contas hoje apresentados nesta Assembleia Geral Ordinária.



11.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

A farda dos homens voltou a ser pele, porque a vocação de tudo o que é vivo é voltar às fontes. Foi este o prodígio do povo ultrajado, do provo banido, que trouxe das trevas pedaços de sol — as palavras são de um poeta, Sidónio Muralha, e referem-se obviamente à decisiva intervenção dos militares na vida pública portuguesa em 25 de Abril de 1974, que encerrou um longo período em que os direitos dos cidadãos não eram respeitados, pôs termo a uma guerra, possibilitou o aparecimento de novos estados lusófonos e despertou sentimentos muito antigos no coração dos homens, expressos numa palavra nova nas cidades e nos campos de Portugal: Liberdade.

Aos primeiros minutos do dia 25 de Abril de há onze anos, uma canção de protesto passada clandestinamente na Rádio acordava o País. Soldados, sargentos e oficiais movimentavam-se e tomavam posições em pontos chave.

Os homens marcados pela guerra, até aí ignorados e escondidos pela sociedade surgiram também à luz do dia para afirmar que podiam e exigiam participar da vida de um novo País a construir.

Foi-lhes possível a organização até aí negada.

Foi-lhes possível abrir o debate sobre os seus problemas e afrontar os preconceitos dos outros e os próprios em plena praça pública.

Foi-lhes possível exigir que a sociedade assumisse as suas responsabilidades para com as vítimas directas da guerra, através de compensações dignas.

Onze anos passados, muito se fez, muito há ainda por fazer.

Mas nunca mais se perdeu o sentido, ditado por sentimentos antigos no coração dos homens, expressos numa palavra que há onze anos trazia consigo o fascínio do novo. Liberdade.

Pouco depois a Rádio anunciava que «conforme tem sido difundido as Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de acções com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina».

Horas depois era a euforia nas ruas. Circulavam jornais que não tinham sido censurados, sonhava-se já com o fim do pesadelo da guerra de África, sonhava-se já com a libertação dos presos políticos, com a extinção da polícia política, com eleições livres e instituições democráticas.

Em poucas horas, o sonho tinha-se tornado possível e, em poucos meses, todos estes sonhos se tornaram realidade.

As Forças Armadas portuguesas desempenharam integral e cabalmente uma missão que a si mesmas, por imperativo de consciência, tinham atribuído. Uma missão de paz.

Dentro em pouco os soldados começariam a vir da guerra, não vencedores, não vencidos.



ADFA COMEMORA 11 ANOS NO DIA 25 DE MAIO

No próximo mês de Maio, a nossa Associação comemora mais um ano. São onze anos de vida e de luta na defesa daqueles que se deficientaram durante a prestação do serviço militar.

Durante os primeiros anos, os aniversários foram sendo, com maior ou menor amplitude, comemorados em Lisboa, devido à maior facilidade de organização. Porém, em 1981, Ano Internacional do Deficiente, levámos a efeito o 2.º Congresso

da ADFA e uma manifestação pública, precisamente no dia de aniversário da ADFA, contra a conduta do Governo de então no que diz respeito à problemática do deficiente.

Nos anos que se seguiram, procurou-se descentralizar as comemorações do Aniversário da ADFA, de forma a que houvesse uma maior participação associativa, o que foi conseguido, quer em Coruche, no Estádio Nacional ou em Vila do conde.

questões relacionadas com deficientes e encaminhá-los para os respectivos serviços daquela autarquia, a cedência do referido Pavilhão para a realização da comemoração do 11.º Aniversário da ADFA, no dia 18 de Maio. Cerca de um mês depois, há uma semana, fomos informados pelo NIPRED que o Pavilhão não poderia ser cedido para a data prevista, sugerindo-nos então o dia 25, como data, que em princípio seria conveniente para aquela autarquia, o que aceitamos, formalizando novamente o pedido para a data propsta, isto é 25 de Maio, data que não iria levantar problemas em termos hierárquicos na Câmara. Porém, no dia da paginação do «ELO», somos de novo informados telefonicamente que é totalmente impossível a cedência do Pavilhão dos Desportos.

zar totalmente o programa inicial e a optar pelas instalações da sede para a realização da parte cultural e recreativa, no próximo dia 25 de Maio. Quanto ao programa desportivo, as várias provas serão realizadas em local a designar oportunamente.

Almoço

As inscrições para o almoço deverão ser realizadas na sede ou em qualquer delegação até ao próximo dia 18 de Maio.

Programa

O programa contará com folclore, filmes infantis e actividades para crianças, música popular portuguesa e música ligeira. Esperamos também ter presentes algumas figuras conhecidas da rádio e televisão.

Logo que concluído, o novo programa, será divulgado na sede e delegações, porém, no próximo número do «ELO» publicaremos o programa detalhado.

ALMEIDA SANTOS

CML — não cedeu Pavilhão

Contrariamente aquilo que estava previsto, e após várias promessas, sobre a realização das comemorações Nacionais do 11.º Aniversário na Pavilhão Carlos Lopes, ex-Pavilhão dos Desportos, recebemos do NIPRED a informação de que não poderíamos contar com aquele Pavilhão para a realização das diversas actividades que iriam ocupar todo o dia 25 de Maio.

Esta informação, que nos foi comunicada em cima da hora em que o «ELO» já

estava a ser paginado, vem inviabilizar a comemoração deste Aniversário que se pretendia que tivesse a merecida dignidade, deixando-nos com um mês para procurar obter outro local, alterar todo o programa e anular alguns compromissos.

Historial

No princípio de Março solicitámos à Câmara Municipal de Lisboa, através do NIPRED — organismo encarregado de tratar todas as

Aniversário na sede da ADFA

Face à situação criada e ao curto espaço de tempo com que nos deparamos, somos forçados a reformali-

ABRAÇO PARA UM AMIGO

José Afonso, cidadão a tempo inteiro, poeta de uma cidade onde se quer que seja o povo quem mais ordena, cantor de Abril antes ainda de haver Abril e grande amigo da ADFA, que esteve sempre disponível para colaborar gratuitamente nos espectáculos da nossa Associação, está doente há mais de três anos. Uma esclerose hemeotrófica impede-o de cantar ou exercer qualquer outra actividade profissional.

Constantes deslocações a que os tratamentos o obrigam impediram-nos de conseguir uma entrevista que desejaríamos publicar neste número de Abril em que José Afonso — símbolo do 25 de Abril, da fraternidade que ele cantou e da solidariedade que nós próprios lhe devemos neste momento — merece por direito próprio o lugar de honra.

Em qualquer caso, não poderíamos esquecer aqui um abraço para esse amigo com votos de melhoria rápida do seu estado de saúde. Um abraço, José Afonso.



José Afonso, com Adriano Correia de Oliveira, Fausto e Júlio Pereira durante a festa do 5.º Aniversário da ADFA

25 DE ABRIL NA ADFA

À semelhança dos anos anteriores, a ADFA levará a cabo algumas actividades por altura do 25 de Abril, alusivas aquela efeméride.

Assim, no dia 24, a partir das 21.00 horas, em frente à sede da Associação, o diaporama da ADFA, também a partir desse dia e durante uma semana estará patente ao público. nas instalações da ADFA, uma exposição fotográfica e documental.

SEGUROS

QUALQUER RAMO EM TODO O PAÍS CONSULTAS TÉCNICAS E CONTACTOS

Tel. (01) — 2202385

SÓCIO ARMANDO ALVES

R. VITÓRIA, 131 — VALE MILHAÇOS

CORROIOS

2800 ALMADA

VIDA ASSOCIATIVA — DELEGAÇÕES

PENICHE VAI TER UM NÚCLEO

Os associados de Peniche querem voltar a estar organizados localmente. Necessidade sentida devido ao desaparecimento da delegação local e ao grande aumento do número de sócios nesta zona do País. Não falta energia para tornar esse desejo realidade e as autarquias locais estão a dar todo o apoio ao projecto, como se verificou na muito participada reunião do dia 23 de Março.

Realizou-se nas instalações da CERCIP, em Peniche, no dia 23 de Março, uma reunião com sócios daquela zona do País, tendo em vista a criação de um núcleo da ADFA que congregue não só os associados daquele concelho, como também dos concelhos periféricos.

Eram cerca das 10 da manhã quando chegavam ao local da reunião os elementos responsáveis que se haviam deslocado da sede. Um razoável número de sócios aguardava-os no local da reunião. Feitos os cumprimentos da praxe, iniciou-se uma importante e

várias informações sobre os direitos já alcançados, a necessidade de nos mantermos alerta na sua defesa, o que só se consegue com uma grande dinâmica e participação associativa.

Não podemos ignorar o facto de em Peniche já ter existido uma delegação da ADFA, a qual veio a ser encerrada devido à diminuta participação dos associados, questão que nos parece ultrapassada não só porque daí para cá o número de sócios aumentou significativamente, mas ainda porque existe uma consciência colectiva da necessidade de manter viva, também a nível



Quando à organização de deficientes que nos cedeu as instalações para a reunião, como referiu o seu representante, António Costa, a CERCIP está totalmenet disponível para colaborar com o futuro Núcleo.

Concluiu-se que os sócios deveriam, tanto quanto possível, divulgar junto dos restantes associados, a realização da próxima reunião, onde será eleita a comissão instaladora, pelo que foi criado um grupo de trabalho que coordenará todos os contactos até à criação do Núcleo, o qual é constituído pelos sócios a seguir indicados, residentes em Peniche, Bombarral e Lourinhã: Horácio da Luz, sócio n.º 8242; Vítor Leal, sócio n.º 3269; Aníbal de Jesus, sócio n.º 3265; José Madeira, sócio n.º 8346; José Fernandes, sócio n.º 1855; José Martins,

sócio n.º 927 e Elísio Vieira, sócio n.º 6979.

Uma caldeirada memorável

Terminada a parte formal e já «com a barriga a dar horas», a quase totalidade dos presentes deslocou-se para um restaurante, ali mesmo junto à estrada para Óbidos, onde os aguardava uma caldeirada de peixe, daquelas que não se comem todos os dias, previamente encomendada pelos sócios de Peniche, e que mereceu a classificação de «muito boa» por parte do nosso sócio António João, pescador de profissão e mais entendido na gastronomia da região. O almoço foi o pretexto para um agradável momento de convívio e troca de impressões que terminou com a oferta daquele bagaço especial com o bago de uva moranguera.



Durante a reunião

participada reunião que contou com a presença de cerca de duas dezenas de participantes animados por grande espírito associativo.

Esta reunião surgiu na sequência de anteriores contactos de vários sócios da localidade, os quais vêm sentindo necessidade de se organizarem de acordo com o estatutariamente definido, a fim de melhor poderem participar na vida associativa, através de uma estreita ligação local.

Nesta reunião foram discutidas e analisadas questões tão importantes como o papel do Núcleo, as acções que pode e deve desenvolver no campo da sensibilização da população para a problemática do deficiente e também o problema da mobilização associativa.

Foram também prestadas

regional, a chama da Associação.

Autarquias colaboram

As relações e diálogo com as autarquias e organizações de e para deficientes são de primordial importância. Também este assunto não foi descurado, pois, basta recordar que a Câmara Municipal cedeu uma viatura e dispensou do serviço o nosso associado Horácio, a fim de divulgar convenientemente a reunião.

Já quando foi da criação e funcionamento da delegação da ADFA, a Câmara colaborou na cedência de instalações e transportes, o que nos leva a crer que esta autarquia é sensível à problemática do deficiente e demonstra o reconhecimento mínimo dos seus municípios deficientes.

EM VISEU

1.º ACAMPAMENTO INTERNACIONAL PARA DEFICIENTES

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, através do seu Núcleo Regional de Viseu, vai levar a efeito, de 8 a 14 de Julho, na Quinta de Belém, em Vildemoinhos, perto de Viseu, o 1.º Acampamento Internacional para Deficientes.

Este acampamento destina-se aos deficientes com mais de 12 anos e também aos seus familiares ou amigos que os ajudem nas actividades diárias, até ao limite máximo de 500 participantes.

As inscrições poderão ser feitas até ao próximo dia 25 de Abril, mediante o pagamento inicial de 250\$00 por pessoa.

Cada representação de qualquer instituição, deverá levar todo o material de campismo necessário: tendas, sacos-cama, colchões e material de cozinha. Quanto a refeições, serão confeccionadas no local por cada delegação.

NOTÍCIAS DE COIMBRA

Considerando o volume de trabalho existente na Delegação, avisam-se todos os associados que pretendam dirigir-se à Delegação para elaboração de requerimentos, que devem antes contactar telefonicamente os respectivos serviços para marcação prévia. O facto deve-se à situação de existir desde Dezembro, apenas um trabalhador, que não consegue dar andamento a todo o serviço, se não for convenientemente disciplinado. Também em relação às receitas da ADME, não devem os sócios enviá-las à Delegação, mas sim, procurar receber o desconto a que têm direito nas unidades das suas residências, ou deslocarem-se pessoalmente a Coimbra ao Quartel-General.

Encontram-se nesta Delegação cerca de cinquenta cartões da ADME, que os sócios ainda não levantaram e os quais serão entregues logo que solicitados na Delegação.

A semelhança do que aconteceu com os outros associados que procuraram lançar-se num ramo de actividade minimamente rentável, o nosso associado e ex-trabalhador da Delegação de Coimbra, José Silva, juntamente com outro sócio, José Cebola, inauguraram o Restaurante Bacalhau, nos Fornos, à saída de Coimbra. Para eles, desejamos as melhores felicidades nesta nova actividade.

ACTIVIDADES DO NÚCLEO DE ALCOBAÇA

O Núcleo da ADFA em Alcobaca vai levar a efeito, no próximo dia 5 de Maio, naquela vila, uma série de actividades tendentes a sensibilizar a população para a problemática do deficiente, divulgar a nossa Associação e garantir uma maior participação associativa, através de uma estreita ligação local.

O programa de actividades, no qual participarão elementos da Direcção Central, é o seguinte:

9.30 horas — Reunião com sócios da zona, na sala da Assembleia Municipal de Alcobaca

12.00 horas — Visita ao Mosteiro

13.00 horas — Inauguração de uma exposição fotográfica, no Posto de Turismo — Rossio

14.00 horas — Almoço de confraternização

Durante cerca de um ano de vida, este Núcleo desenvolveu um valioso trabalho, nomeadamente junto das Autarquias locais e outras entidades. É óbvio que este trabalho é desenvolvido no âmbito do espírito associativo, para lá dos afazeres de cada um, e só poderá ser totalmente concretizado desde que haja um grande número de sócios empenhados em tal tarefa.

Os núcleos, serão a chama viva da ADFA a nível regional e têm um papel importantíssimo na sensibilização das populações e entidades, tendo como objectivo a integração plena.

NOTÍCIAS DA DELEGAÇÃO DO PORTO

Natação

Estão abertas as inscrições para os sócios que queiram praticar natação, às terças e quintas-feiras, na piscina do FC do Porto.

Os interessados deverão efectuar as inscrições na delegação sendo necessárias duas fotografias tipo passe.

Comparticipação da ADME

Avisam-se os sócios de que a Delegação do Porto recebe, desde que entregues pessoalmente no Ser-

viço de Apoio Social, recibos e outros documentos relativos a consultas e exames médicos. A delegação dirige-se com todos esses documentos ao Conselho Administrativo de uma unidade militar, onde são pagas as comparticipações,

Visita de um técnico da OIT

Efectuou-se no passado dia 26 de Março a visita à delegação do Porto de um técnico da OIT — Organização Internacional do Trabalho acompanhado de técnicos da Secretaria de Estado de Emprego.

No decorrer da visita o técnico da OIT mostrou-se

enviando posteriormente ao sócio um cheque com a importância devida.

Refere-se uma vez mais que os documentos terão que ser entregues pessoalmente pelo sócio, já que se torna necessário a assinatura do recibo.

sensibilizado com os métodos e os processos utilizados no Centro Oficial de Meios Ortopédicos, tendo ainda apreciado o projecto para a sua ampliação e criação do Centro de Reabilitação e Formação Profissional Integrada, que referiu ter grande importância no con-

texto da Cooperação com os países africanos.

Reunião de utentes militares no Centro Oficial de Meios Ortopédicos

Avisam-se os Deficientes das Forças Armadas que são assistidos pelo Centro Oficial de Meios Ortopédicos, que a direcção da delegação do Porto realiza no dia 27 de Abril, pelas 14 e 30 uma reunião com vista a ouvir a opinião dos mesmos sobre a forma como aquele centro tem procedido à execução das Próteses/Ortoteses.

PROGRAMA DE REUNIÕES E ACTIVIDADES

25-4-85 — Abertura da Delegação das 14 às 18 horas. Nesta tarde será projectado um filme para crianças e feitas algumas actividades de carácter Recreativo e Cultural também para as crianças;

27-4-85 — Reunião de Utenes Militares do Centro Oficial de Meios Ortopédicos;

4-5-85 — Reunião de sócios na Delegação do Porto; Reunião com os sócios dos Concelhos de S. João da Madeira, Vila da Feira, Oliveira de Azeméis, Ovar, Arouca, Vale de Cambra e outros;

11-5-85 — Reunião com os sócios da área de Viana do Castelo;

14-5-85 — Jantar de Aniversário para sócios às 20 horas no Refeitório da Delegação. As inscrições deverão ser feitas até ao dia 10 de Maio;

18-5-85 — Reunião em Amarante com os sócios dos Concelhos de Amarante, Marco e Baião; — Reunião em Felgueiras com os sócios dos Concelhos de Felgueiras e Celorico de Basto.

QUOTAS NO 1.º TRIMESTRE DO ANO DE 1985

No período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Março de 1985, vieram pagar as suas quotas 715 Sócios, conforme a seguir se discrimina:

Pagaram até	JAN/85	002	Sócios
»	»	FEV/85	003
»	»	MAR/85	016
»	»	ABR/85	007
»	»	MAI/85	007
»	»	JUN/85	113
»	»	JUL/85	001
»	»	AGO/85	003
»	»	SET/85	004
»	»	OUT/85	005
»	»	NOV/85	000
»	»	DEZ/85	544
			702
»	»	NOV/84	001
»	»	DEZ/84	006
			709
Isentos		006	»
TOTAL			715

DESPORTO

PROGRAMA DE ACÇÃO PARA A F.P.D.P.

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes tem sido e continua a ser uma árdua tarefa a que os deficientes e técnicos ligados à problemática têm vindo a devotar o maior empenhamento. Como fruto desse trabalho e como já foi noticiado, constituiu-se uma Comissão Dinamizadora que já apresentou o seu Programa de Acção o qual, pela importância e que se reveste, publicamos na íntegra. Este documento foi distribuído numa reunião realizada no passado dia 12 de Abril.

INTRODUÇÃO

O Desporto para Deficientes existe pelas mesmas razões que o desporto para os ditos normais.

Desporto para Deficientes em Portugal é um facto irreversível, embora a sua prática não seja sistemática e organizada dentro de uma estrutura federativa como se deseja.

Visando um desenvolvimento coerente e consequente dentro do sistema desportivo português, torna-se premente a criação da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

Assim, com a participação activa das organizações de e para Deficientes foi eleita em reunião no dia 3 de Outubro de 1984, na D.G.D., uma Comissão Dinamizadora do processo de legalização e implementação da Federação.

Para materialização deste projecto e, resultante de uma análise não só da realidade, mas também dos nossos recursos, elaborámos um programa de acção que prevê várias etapas, exequíveis a curto e médio prazo.

Torna-se imprescindível que, os organismos e instituições vocacionadas para a área da Deficiência e do Desporto dêem todo o apoio e, participação na viabilização e consolidação do projecto.

PROGRAMA DE ACÇÃO 1985

1. LEGALIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO

Ser reconhecida personalidade jurídica passando pela escritura notarial, homologação no Governo Civil, publicação no JDiário da República e num jornal diário.

2. REALIZAÇÃO DO CONGRESSO E DAS ELEIÇÕES

A legalização da F.P.D.D. passa não só pelo reconhecimento da sua personalidade jurídica, mas também pela eleição democrática dos seus corpos gerentes.

3. CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL E ORGÂNICA DA F.P.D.D.

Visa dotar a F.P.D.D. de estruturas materiais, humanas e meios financeiros indispensáveis ao funcionamento da Federação, dos seus respectivos órgãos que possibilitem no futuro a integração e articulação das Associações filiadas.

4. SENSIBILIZAÇÃO PARA A PRÁTICA DESPORTIVA ORGANIZADA

Com vista à divulgação da existência da F.P.D.D. e do seu



papel no sistema desportivo português, assim como na organização e dinamização das associações de e para desportivas, com vista à promoção e desenvolvimento sistemático da prática desportiva.

5. CONCURSO PARA O EMBLEMA DA F.P.D.D.

Preparar o regulamento e a promoção de um concurso a efectuar a nível nacional subordinado ao tema Desporto-Deficientes e a sua relação com a F.P.D.D.

O concurso deverá ser explorado como forma de divulgação

e sensibilização para a existência da Federação e do Desporto para Deficientes.

6. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Visa dotar a F.P.D.D. de uma secção de documentação e informação que sirva de base para as acções de sensibilização, divulgação e formação.

7. BOLETIM INFORMATIVO

A criação de um órgão da F.P.D.D. é indispensável como veículo de informações, opiniões e propostas não só da Federação e dos respectivos órgãos, mas também de outras pessoas colectivas e singulares ligadas à problemática dos deficientes e do desporto em geral.

8. LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DESPORTIVA NACIONAL

Visa conhecer a situação desportiva nacional em termos de elementos de base, de direcção e organização, técnicos, materiais e activi-

dades desportivas para deficientes, determinando-se também o nível desportivo nacional.

2. CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE JUÍZES E ÁRBITROS

Para que a prática desportiva se pautar de acordo com a técnica e os seus aspectos regulamentares, há necessidade de formar árbitros/juízes conjuntamente com demais Federações para os desportos adaptados e, para as provas específicas que sejam da inteira responsabilidade da F.P.D.D.

3. FORMAÇÃO DOS DIRIGENTES E PESSOAL ADMINISTRATIVO

Para a sua sensibilização, formação e integração aos aspectos burocráticos concernentes ao funcionamento de uma organização desportiva que, tem também um carácter específico.

4. FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS

Dado que a implementação de qualquer actividade pressupõe o conhecimento do diagnóstico da deficiência e posterior selecção das provas em conformidade com a classificação na área e classe respectiva.

ESTUDOS SOBRE O DIREITO DESPORTIVO PARA DEFICIENTES

Revisão e adaptação de toda a legislação desportiva com vista à sua aplicação a deficientes no campo do direito desportivo.

PLANEAR E PROMOVER A PRÁTICA DO DESPORTO

Consta de duas fases:

1.ª Fase — Através dos diversos programas de acção das associações, dar cobertura dentro das condições existentes e, estar presente como observador nos encontros recreativos e competitivos para deficientes, a nível regional e nacional.

2.ª Fase — Após o levantamento da situação desportiva nacional elaborar-se-á o projecto de desenvolvimento desportivo, de onde se extrairá o programa de acção.

RELAÇÕES COM ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

Estabelecer um plano de cooperação com as Federações nacionais e demais organizações tendentes à expansão do desporto para deficientes em Portugal.

RELAÇÕES COM ORGANIZAÇÕES ESTRANGEIRAS E INTERNACIONAIS

Estabelecer contactos e um plano de cooperação com as Federações estrangeiras e internacionais e a respectiva filiação.

ACÇÕES DE FORMAÇÃO DOS QUADROS DA F.P.D.D.

1. CRIAÇÃO DO COMITÉ DE CLASSIFICAÇÃO

Visa formar júris de classificação para integrar os respectivos

TORNEIO DE BASQUETEBOL

A Delegação de Lisboa da Direcção-Geral de Desportos e o Grupo Desportivo e Recreativo «A Joanita» vão organizar um torneio de basquetebol em cadeira de rodas, durante os meses de Abril, Maio e Junho.

A primeira jornada realiza-se no dia 20 de Abril entre as 9 e as 11 horas, com os jogos APD-ADFA e Joanita-Alcoitão.

ADFA ORGANIZA TORNEIO DE BASQUETEBOL

Integrado nas comemorações do 11.º Aniversário da ADFA, realiza-se nos próximos dias 11 e 12 de Maio, em Lisboa, um Torneio de Basquetebol em Cadeiras de Rodas que conta com a participação de uma equipa espanhola.

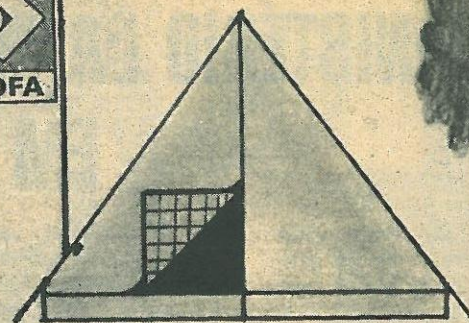
Os jogos respectivos terão lugar no Pavilhão do INATEL, das 15 às 19 horas, no dia 11 e das 9.30 às 12.30 horas no dia 12.

CAMPISMO

O campismo é, nos dias de hoje, a opção de muitas pessoas para as suas férias ou para descansar uns dias fora do habitual sedentorismo ou ainda para fugir ao ritmo diário, já que para um agregado familiar mínimo, utilizar os serviços de hotéis e residenciais não é, na maioria dos casos, nada acessível.

Desde a sua criação, a Secção de Campismo da ADFA deu já resposta a cerca de duas centenas de campistas, sócios e familiares que procuraram, na maioria dos casos, obter pela primeira vez a sua Carta de Campista sem qual-

familiares, contudo, só viemos a receber resposta favorável de um reduzido número de Parques, nomeadamente do Parque de Campismo da Torreira, que reservaria cinco lugares destinados aos nossos associados; do Parque de Campismo da Penha, em Guimarães, que colocou à nossa inteira disposição os lugares necessários, com isenção total de pagamento de taxa, durante todo o ano, excepto mês de Agosto; o Parque de Campismo Piedense, na Costa da Caparica, que dispõe de um lugar durante todo o ano, com isenção total de taxas; tam-



quer encargo adicional, como acontece nos clubes que se dedicam ao Campismo.

Facilidades em parques

No ano transacto contactámos a maioria dos Parques de Campismo camarários e da Federação com o objectivo de obter, como na altura foi divulgado no «ELO», lugares em condições especiais para os nossos associados e seus

bém o Parque Municipal de Braga se prontificou a colaborar connosco na cedência de lugares aos nossos sócios.

Apesar do esforço desenvolvido, tanto quanto sabemos, só nos foram dirigidas solicitações para o Parque do Piedense, onde dispomos apenas de um lugar, pelo que para o presente ano iremos aguardar que os sócios nos contactem antes de reservarmos lugares nos Parques onde é possível.

Selos para 1985

Dispomos neste momento dos selos para renovação de Cartas de Campismo. Assim os sócios interessados poderão deslocar-se à Sede ou à delegação res-

pectiva a fim de renovarem as suas cartas.

Os preços dos selos para o corrente ano são os seguintes:

Carta de Campista Nacional	250\$00
Carta Juvenil	50\$00
Carta Internacional	250\$00

Aproveitamos para informar que não é permitido renovar a Carta Internacional sem renovar a Carta Nacional.

Também alguns associados se nos dirigem para saber como é que poderão transferir a sua Carta de

Campista para a ADFA. É simples: o sócio interessado deve dirigir-se ao clube ou Associação onde tirou a Carta e pedir que lhe assinem o pedido de transferência, em posse de todas as colectividades, e depois entregá-lo na ADFA.

BEJA: ESTAFETA PARA DEFICIENTES

Vai realizar-se no próximo dia 5 de Maio, em Beja, a 7.ª Edição dos Campos Verdes, na qual a ADFA irá participar com uma equipa.

Trata-se de uma estafeta destinada a deficientes motores Nacionais e Estrangeiros que tem, ao longo de várias edições, alcançado um êxito bastante grande, contribuindo ainda, além do papel competitivo e integracional, para a sensibilização da população para a problemática do deficiente.

Esta iniciativa deve-se à Associação Cultural e Recreativa Zona Azul de Beja e conta com o apoio da Câmara Municipal.

3.º TORNEIO DE NATAÇÃO DO CRVP

O Centro de Reabilitação Vocacional do Porto (CRVP) estabelecimento integrado no Centro Regional de Segurança Social do Porto irá realizar o 3.º Torneio de Natação, na piscina do Futebol Clube do Porto, às Antas, nos próximos dias 4 e 5 de Maio.

Este torneio a disputar por escalões etários, é aberto a todos os trabalhadores maiores de 18 anos, não federados. Existem vários escalões de masculinos e femininos sendo um deles para deficientes.

Os nossos sócios interessados poderão inscrever-se na delegação da ADFA no Porto.

SEGUROS NA ADFA EM CONDIÇÕES VANTAJOSAS

Como já se referiu no último número do ELO, encontra-se a funcionar na sede da ADFA, todos os dias úteis, entre as 9 e as 12 horas, um técnico de seguros encarregado de fazer seguros e prestar informações aos sócios interessados.

O protocolo celebrado com a companhia de seguros Fidelidade prevê dois tipos de seguro. O seguro obrigatório de CRÉDITO À HABITAÇÃO, destinado a todos aqueles que adquirem habitação própria e o seguro de ADESÃO FACULTATIVA.

VANTAGENS

Este seguro de grupo será pago em mensalidades, debitadas directamente na conta existente na Caixa Geral de Depósitos e o prémio a pagar por cada um decresce à medida em que o capital em dívida decresce.

Como é evidente também a mensalidade é mais baixa,

dado que se trata de um seguro de grupo.

No caso dos sócios que já contraíram empréstimos e não se encontram abrangidos por este seguro, mais económico, poderão passar ao seguro de grupo, já que, com maior número de adesões há hipótese de baixar as taxas aplicadas.

EM 15 DE JUNHO

ELEIÇÕES PARA TODOS OS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ADFA

● ENTREGA DE LISTAS ATÉ 20 DE MAIO

A Mesa da Assembleia Geral Nacional marcou já a data das eleições para o biénio de 1985/87. O acto eleitoral realizar-se-á no próximo dia 15 de Junho em Assembleia Geral Nacional Ordinária Eleitoral, a qual, nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, funcionará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas e ainda com mesas de voto nos Núcleos existentes. Nesta Assembleia serão eleitos todos os Órgãos Sociais Centrais e Locais, os quais iniciarão novo mandato de dois anos, terminando o actual exactamente no dia 18 de Junho, data das eleições em 1983. Na primeira página deste número, vem já publicado a respectiva convocatória.

Segundo o Regulamento Eleitoral, que publicamos na íntegra noutra local deste número, as listas, tanto para os Órgãos Sociais Centrais, como para os Órgãos de Delegação, deverão ser entregues até 25 dias antes da data das eleições. A Mesa da Assembleia Geral Nacional determinou como data limite de entrega o dia 20 de Maio às 18 horas, na Sede e à própria Mesa da Assembleia Geral Nacional para os Órgãos Sociais Centrais e nas Delegações e às Mesas de Assembleia Geral de Delegação para os Órgãos Sociais Locais.

O tempo que vai agora entre a marcação das eleições e a sua realização é muito especialmente

destinado a todos os sócios, a fim de reflectirem sobre a própria Associação, os objectivos atingidos, os que devem ser alcançados, as tarefas prioritárias, etc. A ADFA espera de todos os sócios uma atenção e participação especiais na preparação do novo mandato, ou seja, na programação, nas suas linhas gerais, de mais dois anos de vida da Associação, tanto através da escolha das pessoas que irão ocupar cargos de responsabilidade, como na definição dos programas de acção. Espera-se, pois, que a Associação dê mais esta prova de maturidade e dinamismo, a qual só será uma realidade se a participação e empenhamento dos sócios forem efectivos.

DIRECÇÃO DA ADFA RECEBIDA PELO SECRETÁRIO DE ESTADO

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL VAI CRIAR UNIDADE ORGÂNICA EM SUBSTITUIÇÃO DA ANTIGA CMRA

A direcção central da ADFA foi recebida no passado dia 29 de Março pelo secretário de Estado da Defesa Nacional, que lhe comunicou a decisão da criação no Ministério da Defesa de uma unidade orgânica com o fim de proceder ao estudo da problemática dos deficientes militares.

Esta unidade orgânica, cuja designação, composição, forma de funcionamento e competências específicas ainda não são conhecidas, virá preencher o vazio deixado pela extinta CMRA (Comissão Militar de Reabilitação e Assistência).

Trata-se de uma decisão que responde a uma das reivindicações que a ADFA mais insistentemente vinha do Ministério da Defesa Nacional e com a qual a Associação se congratula.

A nova unidade orgânica, que, segundo comunicação do secretário de Estado da

Defesa Nacional, vai ser contemplada no projecto da Lei Orgânica do Ministério da Defesa, terá como atribuições globais o «estudo de políticas e de medidas visando a reabilitação dos deficientes militares, a representação do Ministério da Defesa Nacional nos órgãos nacionais de planeamento, coordenação e execução das políticas de reabilitação e reintegração dos deficientes e a ligação das associações de deficientes militares com os diferentes departamentos dos três ramos das Forças Armadas». Isto, conforme a comunicação do secretário de Estado da Defesa.

Aguarda-se agora a concretização desta decisão, esperando-se que a referida unidade orgânica seja de seguida instalada e seja capaz de abarcar e equacionar devidamente os múltiplos problemas que actualmente

se colocam e outros que de futuro se colocarão aos Deficientes das Forças Armadas, que têm características específicas e aos quais só os competentes departamentos militares são capazes de dar resposta numa primeira instância.

Acumulações novamente no MDN

Para além da reposição em funcionamento da CMRA, a direcção Central tratou com o secretário de Estado da Defesa Nacional da questão do limite da acumulação da pensão e vencimento da Função Pública e da acumulação da pensão atribuída pela deficiência com a pensão ordinária devida pelo tempo de serviço também na Função Pública. Este projecto, que chegou a ser enviado ao Conselho de Ministros, voltou ao Ministério da Defesa, por o Ministério das Finan-

ças se opor à sua aprovação.

À Direcção da Associação manifestou o seu desagrado por este retrocesso, já que não se pode aceitar, no caso da acumulação de pensões, que os Deficientes das Forças Armadas quando trabalhadores do Estado, depois de fazerem os devidos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, não tenham direito à pensão ordinária como qualquer trabalhador. E isto porque a pensão devida pela deficiência terá que ser encarada como uma indemnização pura por danos sofridos.

O secretário de Estado da Defesa confirmou a sua intenção de insistir na aprovação desta medida legislativa, especialmente quanto à acumulação das duas pensões, estando agora a preparar a fundamentação da sua oportunidade e justiça. Para isso será fundamental

um estudo comparado de iguais situações noutros países, ficando a ADFA de informar sobre legislação a que está já a procurar ter acesso junto de associações membros da FMAC, nomeadamente da França, Itália, Inglaterra e Alemanha.

Para além do tratamento destes dois assuntos funda-

mentais, a entrevista teve ainda o objectivo de agradecer directamente ao senhor secretário de Estado o apoio prestado à realização da 11.ª reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC, realizado recentemente em Lisboa, o qual se traduziu, inclusivamente, na atribuição de um subsídio.

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO CENTRAL

(Continuação das centrais)

de Estado do Emprego, Fundação Calouste Gulbenkian e IBM.

A delegação do FMR teve uma reunião de trabalho com os órgãos sociais da ADFA, na qual também tomaram parte os representantes da Action pour les Handicapés Moteurs Portugais, organização sediada em Paris e que desempenhou um papel fundamental no estabelecimento de relações entre a ADFA e o FMR.

Em Março, membros da delegação do Porto estiveram em Paris, a convite daquela organização francesa, para obtenção de apoios para participação em programas de bolsas de estudo para deficientes civis que frequentassem cursos universitários, bem como a colocação e adaptação de próteses.

4. SNR

A ADFA empenhou-se na colaboração dos estudos sobre a alteração de lei orgânica do SNR, de modo a ser reposto o seu espírito inicial que passa obrigatoriamente por uma maior participação dos deficientes no Conselho Nacional de Reabilitação, atribuindo-lhe novamente poderes deliberativos, encontrando-se aquele projecto pronto para aprovação na Presidência do Conselho de Ministros, aguardando-se a vontade política para o implementar.

IV — CONCLUSÃO

A quantidade e variedade das acções desenvolvidas pela ADFA durante o ano de 1984 mais uma vez demonstraram a grande capacidade de todo associativo que desde Bragança aos Açores manteve bem viva a presença dos Deficientes das Forças Armadas, que, além de reivindicarem os seus direitos, deram um contributo importante para a criação de condições que facilitem uma melhor reintegração dos deficientes na Sociedade Portuguesa.

Vencidas as dúvidas quanto ao nosso posicionamento, pensamos estarem criadas as condições socio-políticas que permitem o relançamento das acções tendentes à obtenção dos justos direitos que assistem aos Deficientes das Forças Armadas.

Igualmente, pensamos estarem criadas condições para que no âmbito do Ministério da Defesa Nacional seja recriada a CMRA, reivindicação considerada justa por todos os Órgãos de Soberania e forças políticas contactadas.

Aprofundado que foi o relacionamento da ADFA, não só com os poderes constituídos, como com todos os sectores da Sociedade Portuguesa, lançamos a nós próprios o repto de definitivamente afirmar a ADFA como organização responsável, coerente, dialogante, mas firme na prossecução dos seus fins e exigente no seu reconhecimento.

QUE VAI FAZER NESTE FIM DE SEMANA???

QUEM? EU!?!?

BEM! DEIXA LÁ VER!

NADA!!!

ENTÃO VEM AO CINEMA CONNOSCO NA SEDE DA AD.F.A.

BOA!

CINEMA NA ADFA

Dia 4 de Maio:

«O Golpe Secreto do Guarda-Chuva»



Colecção de 21 cartelas de fósforos sobre desporto para deficientes que pode ser adquirida na ADFA ao preço de 250\$00